

A elaboração deste caderno é parte do projeto de pesquisa "Mapeamento social das identidades e territórios de Mato Grosso", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). Esse projeto buscou construir um mapeamento dos grupos sociais de Mato Grosso, evidenciando suas identidades e territórios, suas culturas e múltiplas sensibilidades e seus processos de conflitos e injustiças ambientais.

Nessa publicação apresentamos os resultados do mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso. A elaboração desse mapeamento foi tecida a partir das narrativas dos grupos sociais vulneráveis. Buscamos aqui denunciar os riscos a que os ecossistemas mato-grossenses estão expostos e as mazelas a que os grupos sociais estão subjugados, sem nos esquecer de anunciar algumas táticas de resistência

O mapeamento aponta que as principais causas propulsoras dos conflitos são: disputa por terra, disputa por água, desmatamento, queimada e uso abusivo de agrotóxicos. No contraponto às práticas impactantes, surgem diversas táticas de resistência que vão desde as vias legais até as mais subversivas. Assim, inscritos em uma educação ambiental que almeja a transformação social com responsabilidade ecológica, consideramos que os resultados deste estudo podem se tornar um referencial aos pesquisadores, governos e sociedade civil; que ao elaborarem as políticas públicas, consigam considerar os conflitos socioambientais nas tomadas de decisão, buscando a participação como uma das molas propulsoras da guinada conceitual, política e científica.

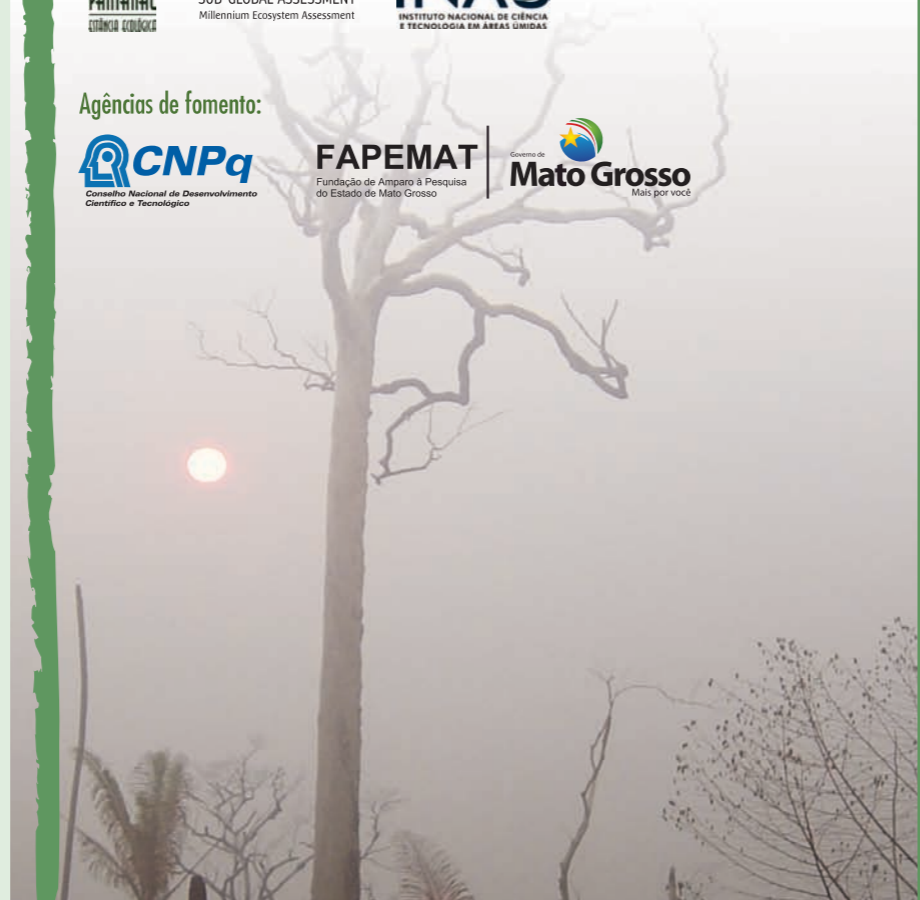
Realização:



Apoio:



Agências de fomento:



Série
Mapeamento Social do
Estado de Mato Grosso
Nº 02

ISBN: 978-85-327-0456-6



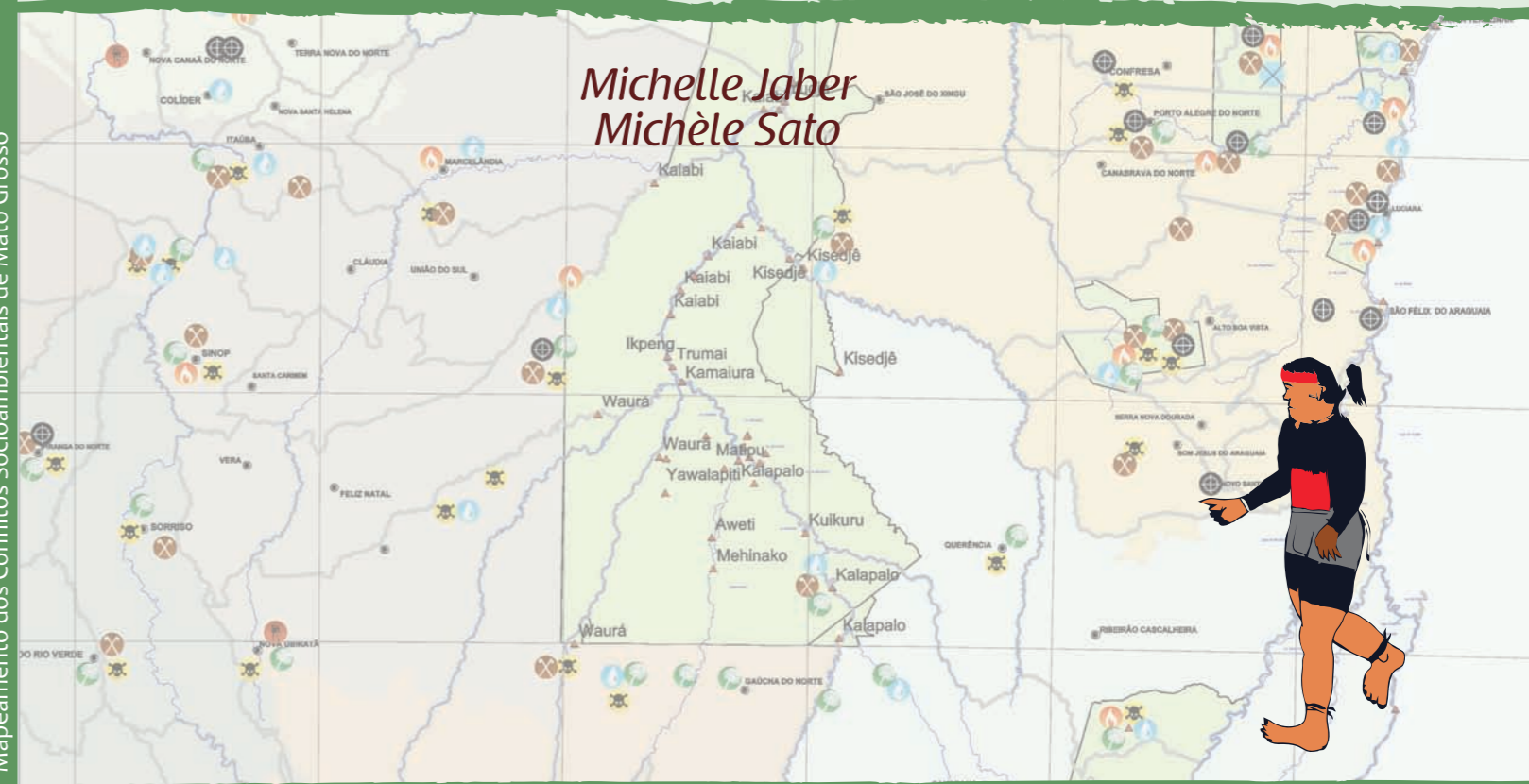
9 788532 704566



Mapeamento dos Conflitos Socioambientais de Mato Grosso

Michelle Jaber e Michèle Sato

Mapeamento dos CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS de Mato Grosso: escala de resistência e ritmos de esperanças



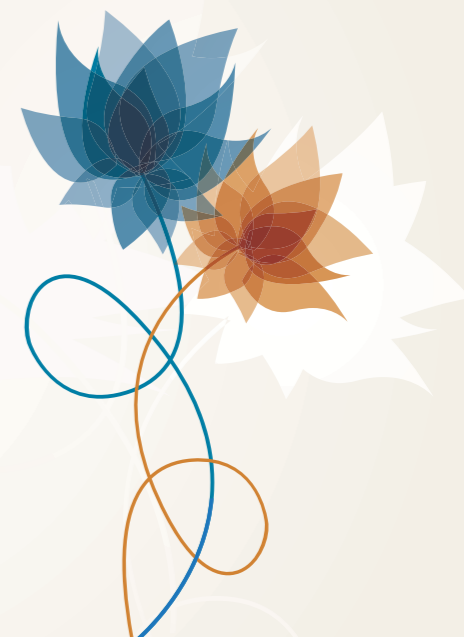
Michelle Jaber
Michèle Sato





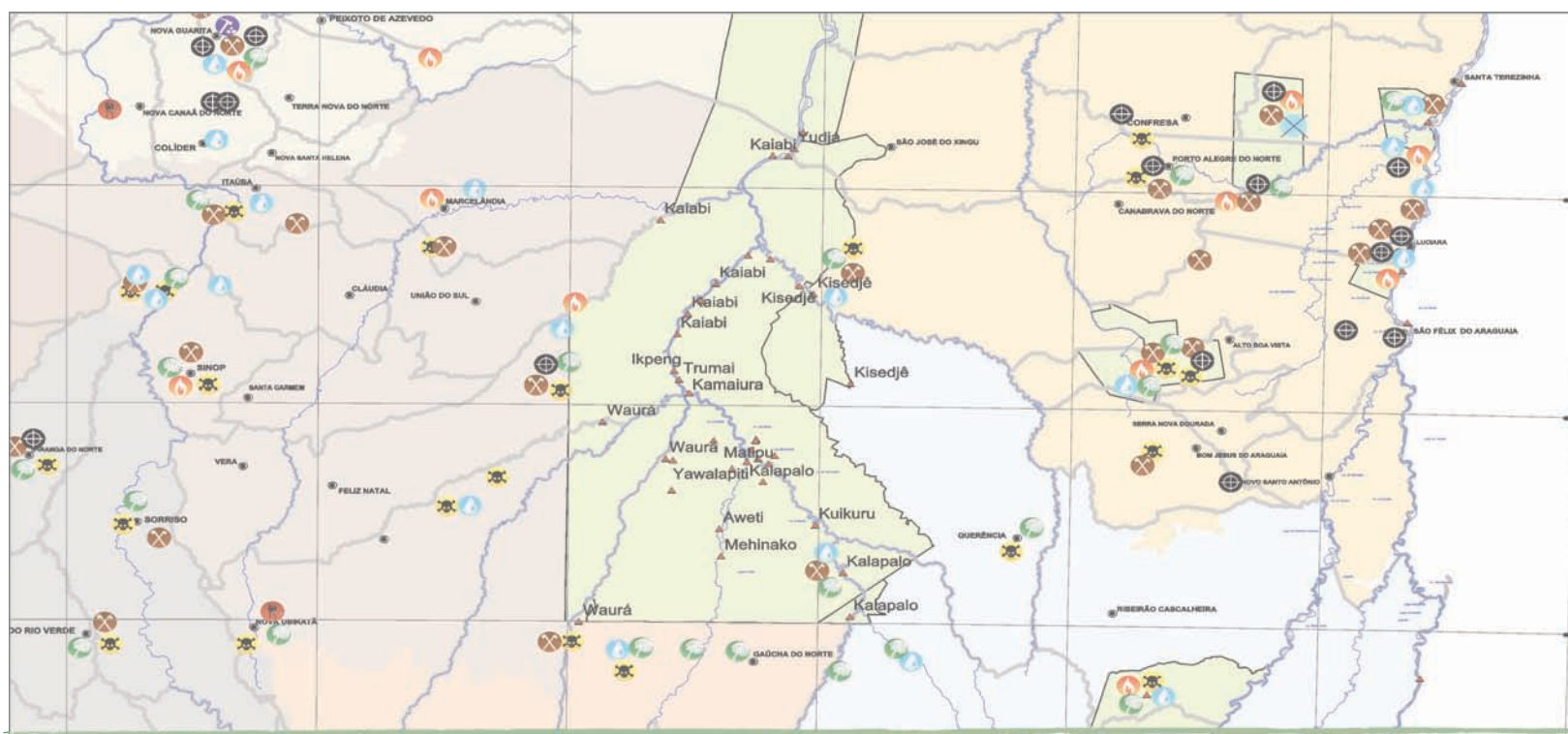
**Marcha da Liberdade
Cuiabá-MT, 18 de junho de 2010. >>>**

*“Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam – Isso é natural
Diante dos acontecimentos de cada dia,
Numa época em que corre o sangue
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam nunca: Isso é natural
A fim de que nada passe por imutável!”
Bertold Brecht*



Mapeamento dos **CONFLITOS** **SOCIOAMBIENTAIS** de Mato Grosso: escala de resistência e ritmos de esperanças

*Michelle Jaber
Michèle Sato*





Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso

Reitora

Maria Lúcia Cavalli Neder

Vice-Reitor

Francisco José Dutra Souto

Coordenador da EdUFMT

Marinaldo Divino Ribeiro

Conselho Editorial da EdUFMT



Presidente

Marinaldo Divino Ribeiro

Membros

Ademar de Lima Carvalho

Aída Couto Dinucci Bezerra

Bismarck Duarte Diniz

Eliana Beatriz Nunes Rondon

Frederico José Andries Lopes

Janaina Januário da Silva

José Serafim Bertoloto

Jorge do Santos

Karlin Saori Ishii

Marluce Aparecida Souza e Silva

Marly Augusta Lopes de Magalhães

Moacir Martins Figueiredo Junior

Taciana Mirna Sambrano

Elizabeth Madureira Siqueira



*Michelle Jaber
Michèle Sato*

**Mapeamento dos
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS
de Mato Grosso:
escala de resistência e ritmos de esperanças**

20th Anos
EduFMT

Cuiabá, MT
2012

© Michelle Jaber | Michèle Sato, 2012.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação de lei nº 9.610/98.

A EdUFMT segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

J11m

Jaber, Michelle.

Mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso :
escala de resistência / Michelle Jaber, Michèle Sato. – Cuiabá, MT :
UFMT, 2012.

56 p.

ISBN: 978-85-327-0456-6

1. Educação ambiental – Mato Grosso. 2. Mapeamento social. 3.
Conflitos socioambientais. I. Sato, Michèle. II. Título.

CDU 502(817.2)

Ficha catalográfica elaborada por Sheila Cristina Ferreira Gabriel
Bibliotecária – CRB1 1618

Coordenação da EdUFMT:
Marinaldo Divino Ribeiro

Supervisão Técnica:
Janaina Janúario de Silva

Revisão e Normalização Textual:
Sonia Palma

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:
Regina Silva

Fotos:
Regina Silva
Michelle Jaber

Impressão:
Gráfica Print



Editora da Universidade Federal de Mato Grosso
Av. Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança
CEP 78.060-990 - Cuiabá, MT
Fone: (65) 3615 8322 - fax: (65) 3615 8325
www.ufmt.br/edufmt | edufmt@ufmt.br

PROJETO:

Mapeamento social das identidades e territórios de Mato Grosso
Universidade Federal de Mato Grosso | UFMT
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte | GPEA
Grupo de Trabalho de Mobilização Social | GTMS

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

Dra. Michèle Sato
VICE-COORDENAÇÃO:
Michelle Jaber

INTEGRANTES DO PROJETO:

Imara Quadros
Liete Alves
Michèle Sato
Michelle Jaber
Regina Silva

AGÊNCIAS DE FOMENTO:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso, FAPEMAT



DES-VELAR OS 500

D. Pedro Casaldáliga

É des-velar a história, viu, menino?!
Tirar o véu que cobre, de mentiras,
a história que você, menina, aprende ainda hoje
na TV,
na escola,
nos discursos que jogam lâ do alto
do poder e do lucro.

Esses 500 todos que te em-globam,
Brasil (Brazil efemeitizado),
foram e são
(virão a ser um dia!)
outros 500...
É des-velar a história
e revelar a vida.

É descobrir que não nos descobriram
e que cegaram despiudadamente
(que tentaram cegar)
5 milhões de mananciais indígenas
e outros milhões de liberdades negras.

É quebrantar a cara de tanto bandeirante
monumento-vergonha
amassado de sangue e de cobiça.
É dar o nome certo
-de genocida do país irmão -
ao Duque de Caxias.

É desfolclorizar o Aruanã
e devolver, por fim, a cada povo
seu nome, sua terra, seu futuro.
É respeitar a lua e a escada florestal
por onde desce o Deus-Tupã,
por onde querem seguir subindo
as ancestrais cantigas

É revelar as lutas, a beleza,
o arco-íris de nações e rostos
do Brasil verdadeiro
(tão mal-contado, tão roubado ainda,
tão necessariamente liberando!)
O grito de Sepê Tiaraju,
o rosto de Zumbi,
o cajado de Antônio Conselheiro,
a teimosia em flor de Margarida,
a herança do Xicão...

É recordar, com sangue na memória,
cobrando da Justiça,
que massacrando povo camponês
em Eldorado
houve um governador e uns comandantes.

É perguntar à alma da bandeira
- que ordem é a "ordem",
que progresso, o "progresso"?
É des-velar e revelar a História,
em cada coração
em todas as veredas
deste outro Brasil
desses outros 500.



Esta publicação é parte do projeto de pesquisa “Mapeamento social das identidades e territórios de Mato Grosso”, desenvolvido pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA). O grupo tem o compromisso de estimular a pesquisa para o fortalecimento da Educação Ambiental, com a intenção de participar e contribuir com as mudanças necessárias para os grupos sociais em condições de vulnerabilidade.

O GPEA é composto por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, e do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mais informações sobre o grupo pesquisador podem ser consultadas pelo site: www.ufmt/br/gpea.



Um eloquente agradecimento a todas as belas pessoas que contribuíram diretamente com os processos de mapeamento social, formando uma rede de solidariedade e amizade. Em especial, aos incansáveis companheiros de pesquisa do GPEA, de militância da Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA), do Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), do Instituto Caracol e a todas as instituições que apoiaram a concreção deste trabalho.



Dedicatória

Dedicamos este trabalho aos grupos sociais em condições de vulnerabilidade de Mato Grosso, pela inspiração de suas lutas e resistências que ao denunciarem uma sociedade espoliadora anunciam a esperança.

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.
(Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, 1968)



SUMÁRIO

1	O desenho.....	09
2	Os caminhos do mapeamento dos conflitos socioambientais.....	11
3	Nossos parceiros.....	16
4	Mato Grosso - o pano de fundo do mapeamento.....	17
5	Conflitos socioambientais.....	19
5.1	Driving forces / forças motrizes.....	20
6	As denúncias de uma sociedade injusta.....	21
6.1	Principais causas propulsoras dos conflitos socioambientais de MT....	23
	Disputa por terra	24
	Disputa pela água	28
	Desmatamento	32
	Queimadas	38
	Uso abusivo de agrotóxicos.....	42
7	Os Mapas dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso....	46
8	As táticas de resistência no enfrentamento dos conflitos socioambientais em MT.....	49
9	Riscos finais	53
10	Bibliografia.....	56

É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se queremos transformá-lo.
Antônio Gramsci





1 | O DESENHO

>09

→ **O** Estado de Mato Grosso é singular do ponto de vista ecológico, ao abranger três importantes biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal, além de um peculiar ecossistema chamado de Araguaia. Neste território, as diversas paisagens oferecem-nos inúmeras belezas naturais e rica biodiversidade. Além disso, conta com um mosaico de identidades tão rico quanto a sua biodiversidade, formando uma grande rede tecida por grupos que se espalham pelo Estado e lutam, paulatinamente, por uma vida digna em um ambiente preservado.

Entretanto, contrastam nesta paisagem os resultados da busca incessante pelo crescimento econômico, centrada fortemente na atividade econômica do agronegócio, caracterizado por contínuas áreas de modernas fazendas com grandes extensões de terras dedicadas à monocultura, destinando grande parte da produção à exportação. Esse modelo é também, comumente, caracterizado pela violência de suas práticas de concentração de terras, convertendo gigantescas áreas de matas em monoculturas, em pecuária, em usinas hidrelétricas e em outras atividades que visam o lucro imediato, expropriando grupos sociais vulneráveis e provocando significativos conflitos socioambientais.

A compreensão dessa dinâmica tão diversa que se faz presente neste território ganha relevo neste trabalho. Buscamos aqui apresentar o mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso realizado por meio das narrativas de diversos grupos sociais em condições de vulnerabilidade.

Este estudo oferece um retrato – temporário – dos conflitos que pulsam nos territórios de Mato Grosso (MT). Aspiramos demonstrar o grau de riscos em que os ambientes e os grupos sociais de MT estão expostos e suas maneiras de fazer os enfrentamentos por um mundo mais justo. Não almejamos oferecer um censo, no qual se busca apontar o número de conflitos socioambientais e/ou suas taxas de incidência. Desvelamos uma história em construção, dinâmica, tecida por continuidades e discontinuidades.

Estamos cientes que o universo mapeado neste trabalho não esgota as inúmeras situações conflitantes existentes e ainda não visíveis em MT. Entretanto, denuncia uma parte dos problemas da imposição dos grandes projetos e reflete uma parcela importante de casos de conflitos e de resistências dos grupos sociais, frente ao modelo de desenvolvimento excludente e degradante. Além disso, reconhecemos que os conflitos mapeados não são fixos, novos desafios são postos a todo o momento para os grupos sociais. Destarte, registramos que, em alguns casos, os conflitos aqui mapeados podem ter sido superados ou estar em situações ainda mais críticas.

Consideramos essencial dar visibilidade a estes dilemas, não apenas denunciando os conflitos socioambientais de MT, mas sobremaneira, anunciando novas táticas de resistência. Pois, sabemos que os territórios não estão sendo dominados e expropriados de forma pacífica, persiste latente o grito de oposição dos grupos sociais atingidos.

Inscritos em uma educação ambiental que almeja a transformação social com responsabilidade ecológica, consideramos que os resultados apontados neste estudo possam se tornar um referencial aos pesquisadores, governos e sociedade civil; que ao elaborarem as políticas públicas, consigam considerar os conflitos socioambientais nas tomadas de decisão, buscando a participação democrática como uma das molas propulsoras da guinada conceitual, política e científica.





2 | OS CAMINHOS DO MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

> 11

[...] Há caminhos que precisamos seguir e erguer nossas lâmparinas para alumia-los, sabendo que uma só não faz recuar a escuridão, mas muitas nos fazem reconhecer o mundo ao nosso redor.

Jean Pierre Leroy

➔ O mapeamento aqui exposto é fruto do projeto “Mapeamento das identidades e territórios do Estado de Mato Grosso – Brasil”, iniciado no ano de 2008 sob a liderança do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O projeto foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), e desenvolvido com a parceria de várias pessoas e entidades que muito contribuíram para alcançarmos os objetivos de revelar as múltiplas identidades e mapear seus processos de conflitos socioambientais.

Para alcançar esses objetivos elaboramos uma proposta metodológica denominada Mapa Social. A princípio esse novo aporte gerou-nos muitas incertezas, mas posteriormente, superando a insegurança, tornou-se como uma plataforma de luta na inclusão de identidades em seus territórios, e na consideração dos seus enfrentamentos e dos processos de injustiças ambientais existentes nos territórios.

O Mapa Social considera as autonarrativas dos grupos sociais envolvidos nos conflitos uma forma de conhecer a realidade, por vezes, negada neste Estado. Segundo Silva (2011, p. 47), essa metodologia se faz em uma trajetória contrária à colonialidade, pois buscamos reconhecer o Outro sempre negado no processo histórico de ocupação de MT, reconhecer as identidades de resistência e registrar por meio das narrativas a existência de diversos grupos sociais historicamente invisibilizados e os conflitos socioambientais encarados nos espaços de vida e de luta. Esse caminhar metodológico torna-se valioso mediante ao leque de informações que podem ser por ele extraído.





O desdobramento metodológico se deu por meio de dois Seminários de Mapeamento Social, ocorridos na cidade de Cuiabá-MT, nos anos de 2008 e 2010. Nestes seminários contamos com a participação de diversos grupos sociais, reunindo aproximadamente 250 pessoas em cada um deles, sendo estas, lideranças que representaram os movimentos, os sindicatos, as cooperativas, as redes, os agricultores familiares, os assentados, os acampados, os indígenas, os quilombolas, os seringueiros, os retireiros do Araguaia, os pantaneiros, as comunidades tradicionais e os grupos sociais diversos que habitam o Estado. As pessoas presentes foram indicadas pelos seus pares, representando-os com o propósito de debater as identidades e os territórios de MT, assim como realizar um amplo diálogo sobre os conflitos socioambientais.

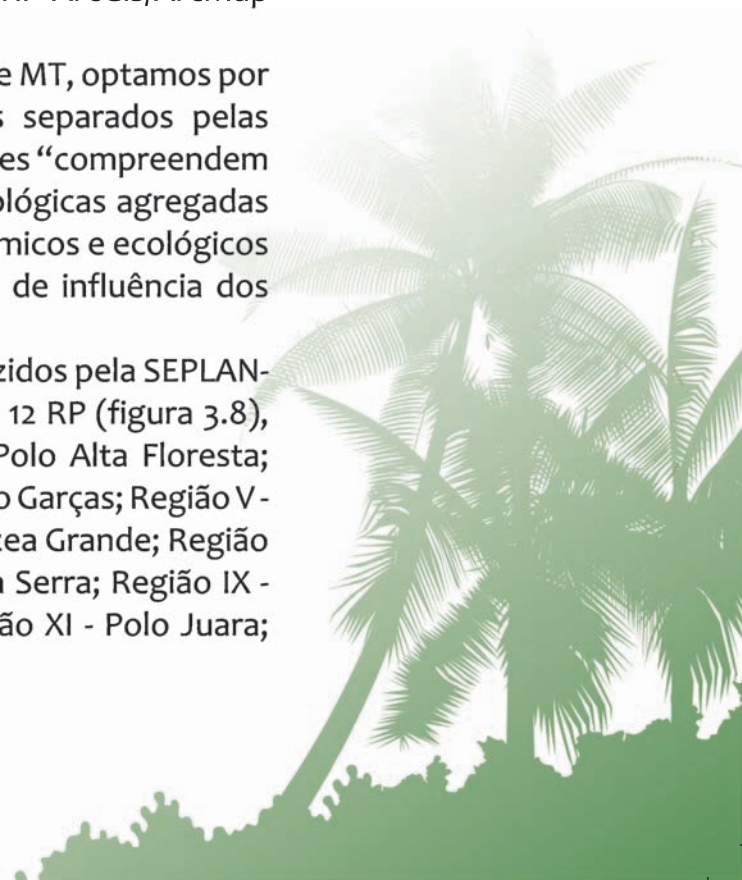
A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas conduzidas por dinâmicas em Grupo de Trabalho (GT). Buscou-se evidenciar as percepções dos entrevistados sobre suas identidades e seus territórios. Os entrevistados assinalavam a identificação e a localização geográfica de seus grupos e de suas comunidades, em um mapa impresso de acordo com sua região de planejamento. O GPEA e os parceiros desta proposta seguiram realizando consulta a dados secundários, estudos de campo, produzindo o “Mapa dos grupos sociais de Mato Grosso” e “Mapa dos conflitos socioambientais de Mato Grosso”, além de reuniões e articulações diversas que culminaram na realização do II Seminário.

No II Seminário, os participantes optaram por formar os GT na expressão de suas identidades e territórios. Foram formados seis GT divididos em Povos Pantaneiros; Povos do Cerrado; Povos Indígenas; Povos Quilombolas; Retireiros do Araguaia; e Agricultores Familiares. A dinâmica também consistia em assinalar a identificação da localização dos grupos mapeados em mapas impressos do Estado. Nesta oportunidade, as informações colhidas e reunidas pelo I Seminário de Mapeamento Social, em 2008, foram disponibilizadas aos participantes para consultas, validação e complementação das informações.

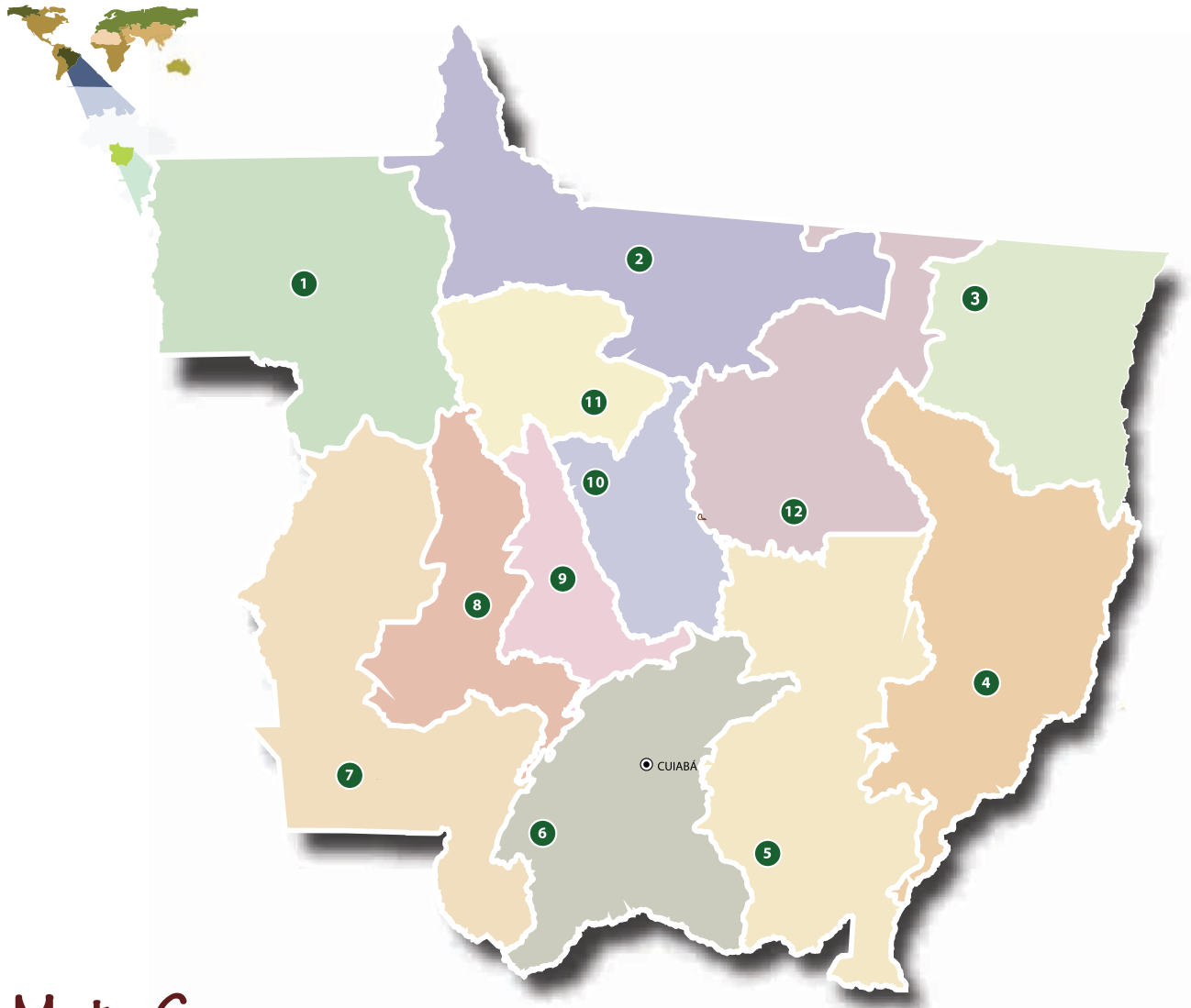
Nos dois seminários, o processo de condução de cada um dos GT, contou com um facilitador e um relator. O facilitador conduzia as discussões nestes grupos aportados pelo roteiro de entrevista proposto, dirigia as atividades e suscitava o debate das questões geradoras, sendo elas: Pertence a algum grupo social? Qual? Como se autodenominam? Há algum outro grupo que você conheça? Qual? As mudanças no local onde você mora causam problemas (conflitos socioambientais)? Quais conflitos? Quais os grupos sociais que estão envolvidos no conflito? Há violência declarada? Quais tipos de violência? Tem ameaças de morte? O relator acompanhava as discussões, anotando os principais pontos narrados e elaborando um relatório final do grupo. Após a etapa de coleta de dados, fizemos a digitalização das informações coletadas formando um banco de dados em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), utilizando o software ESRI ArcGis/ArcMap (versão 10.0).

Em um Estado com dimensões como as de MT, optamos por dar visibilidade aos conflitos socioambientais separados pelas Regiões de Planejamento do Estado, essas regiões “compreendem um conjunto de unidades socioeconômicas ecológicas agregadas segundo a integração dos aspectos socioeconômicos e ecológicos com os elementos estruturadores das regiões de influência dos Polos urbanos” (MATO GROSSO, 2008b, p. 28).

Dessa forma, por meio de estudos produzidos pela SEPLAN-MT, definiu-se regionalização do Estado nessas 12 RP (figura 3.8), sendo elas: Região I - Polo Juína; Região II - Polo Alta Floresta; Região III - Polo Vila Rica; Região IV - Polo Barra do Garças; Região V - Polo Rondonópolis; Região VI - Polo Cuiabá/Várzea Grande; Região VII - Polo Cáceres; Região VIII - Polo Tangará da Serra; Região IX - Polo Diamantino; Região X - Polo Sorriso; Região XI - Polo Juara; Região XII - Polo Sinop (MATO GROSSO, 2008a).



> 14



Mato Grosso: Regiões de Planejamento

- | | | | |
|---|------------------------------|----|---------------------------|
| 1 | Noroeste 1 - Juína | 7 | Sudoeste / Cáceres |
| 2 | Norte - Alta Floresta | 8 | Oeste / Tangará da Serra |
| 3 | Nordeste - Vila Rica | 9 | Centro Oeste / Diamantino |
| 4 | Leste - Barra do Garças | 10 | Centro / Sorriso |
| 5 | Sudeste - Rondonópolis | 11 | Noroeste 2 / Juara |
| 6 | Sul - Cuiabá / Várzea Grande | 12 | Centro Norte / Sinop |

Adaptado de Mato Grosso (2008a).

Ressaltamos que, o caminho percorrido para a construção do mapeamento dos conflitos socioambientais, se constitui na ação coletiva dos sujeitos. Com isso, destacamos que a metodologia adotada só é possível de ser realizada, devido ao envolvimento e atuação de vários pesquisadores. Assim, enfatizamos a importância do GPEA e do Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), participando ativamente das etapas desta pesquisa.

Nesse amplo projeto, os seminários de mapeamento social, somados a pesquisas a campo em algumas comunidades específicas nos possibilitaram a elaboração dos seguintes mapeamentos:

Esse projeto conta com os valiosos frutos:

1- Mapeamento dos grupos sociais de Mato Grosso

(Pesquisadora Responsável: Regina Silva);

2- Mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso

(Pesquisadora Responsável: Michelle Jaber);

3- Mapeamento artístico-pantaneiro: no caminho das águas a feitura de canoas identitárias

(Pesquisadora Responsável: Imara Quadros);

4- Mapeamento da comunidade quilombola de Mata Cavalo

(Pesquisadoras Responsáveis: Regina Silva, Imara Quadros, Michelle Jaber e Liette Alves);

5- Cartografia dos saberes ambientais de Joselândia

(Pesquisadora Responsável: Liette Alves).

Todos esses mapeamentos foram promovidos sob a liderança da professora Michèle Sato. Importante enfatizar que nesta publicação abordaremos os resultados do **Mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso**.

»»» A necessidade desses mapeamentos nasceu da fragilidade do instrumento territorial proposto no Zoneamento socioeconômico e ecológico de Mato Grosso (ZSEE-MT) apresentado no ano de 2008 à sociedade mato-grossense. Na proposta do zoneamento, embora a nomenclatura social estivesse presente, foi possível perceber uma enorme lacuna, limitando a dimensão social aos aspectos desenvolvimentistas. Percebemos que esta lacuna era formada pela invisibilidade (mais uma vez!) dos grupos que estão às margens da sociedade. Assim, ousamos a construir coletivamente os mapeamentos, mesmo sem a garantia que fossem incorporados a essa política pública, entretanto, os tomadores de decisão não podem mais alegar a inexistência dessa diversidade.





3 | NOSSOS PARCEIROS

Citamos nossos agradecimentos ao Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), à Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA), à SEPLAN, ao Instituto Caracol (iC), ao Fórum de Luta de Entidades de Cáceres (FLEC), ao Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade associada aos Povos e às Comunidades Tradicionais (CNPT), ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ao Instituto Maiwu, à Rede de Povos e de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, à Rede Mato-grossense de Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais (REMARPCOMTRA), ao Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Mato Grosso (CJ-MT), à Sociedade Fé e Vida, à Revista Sina, à Operação Amazônia Nativa (OPAN), à Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental (ARPA), ao Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP), ao Instituto Nacional de Áreas Úmidas (INAU), ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso (MST-MT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Em nossos seminários contamos com o importante apoio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e com bastante intensidade contamos com Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN).



Ministério
do Meio Ambiente



CNPT
Centro Nacional de Pesquisa e
Conservação da Sociobiodiversidade
associada a Povos e
Comunidades Tradicionais



INAU
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA EM ÁREAS ÚMIDAS



CPP
CENTRO DE
PESQUISA
DO PANTANAL
Pantanal Research Center

Secretaria de Estado
de Planejamento e Coordenação Geral
Secretaria de Estado
de Educação
Secretaria de Estado
de Meio Ambiente



**REDE DE POVOS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS
PANTANEIRAS**

REMARCOMTRA
Rede Mato-grossense
de Articulação dos Povos
e Comunidades Tradicionais

*Sociedade
Fé e Vida*

FLEC
FÓRUM DE
LUTAS DAS
ENTIDADES
DE CÁCERES



FAPEMAT
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de Mato Grosso



GTMS
Grupo de Trabalho
de Mobilização Social



4 | MATO GROSSO -

>17

O PANO DE FUNDO DO MAPEAMENTO

→ Com dimensões continentais, o Estado de MT, lócus desta pesquisa, ocupa uma área de 903.357 km² do território brasileiro, dividida nos 141 municípios, integra a região centro-oeste do Brasil, localizado na região central do continente sul-americano. De acordo com o censo demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Estado é de 3.035.122 habitantes, destes 2.482.801 (81,8%) residem em áreas urbanas e 552.321 (18,2%) estão em áreas rurais. Configura-se uma baixa densidade demográfica de 3,36 habitantes/Km² (IBGE, 2011).

O Estado possui uma expressiva sociodiversidade que foi mapeada por Silva (2011), registrando 78 Terras indígenas (TI) em diferentes fases de regularização, sendo habitadas por 47 diferentes etnias indígenas; diversas comunidades quilombolas; além de povos ciganos, pantaneiros, retireiros do Araguaia, morroquianos, ribeirinhos, pescadores profissionais/artesanais, agricultores familiares, acampados, assentados, seringueiros, extrativistas, artesãos, além de uma miríade de articuladores e movimentos empenhados em diversas lutas.

Possui três importantes biomas: o Cerrado ocupa 39,6 % do território, a Floresta Amazônica com 53,6% da área e o Pantanal com 6,8%. Nesses espaços, 105 unidades de conservação, sendo 23 federais, 44 estaduais e 38 municipais distribuídas entre reservas, parques, bosques, estações ecológicas e Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) (MATO GROSSO, 2008).

Entretanto, nosso cuidado ambiental é desproporcional a este privilégio, pois somos consecutivamente campeões de áreas desmatadas e queimadas, aliado a esses fatores, ainda acumulamos o maior índice nacional de violência no campo.

>18

O Estado de MT acumula outros títulos, como o de maior produtor de soja e algodão do país, destacando-se internacionalmente pelo agronegócio. Contudo, o modelo de desenvolvimento adotado tem acelerado a economia em detrimento da ecologia e da sociedade, e vem agindo como se a busca pelo crescimento econômico justificasse qualquer ação, inclusive de colocar as terras mato-grossenses a serviço unicamente do mercado. Com isso, um grande ônus ambiental tem sido gerado às populações locais, como: uso excessivo de agrotóxico, empobrecimento do solo, contaminação das águas, perda da biodiversidade; a expulsão de populações de seus locais de vida, transformando vilas e povoados em extensas plantações de soja e algodão.

O engodo da política de desenvolvimento do Estado de MT, centrada no modelo agroexportador, tem atraído cada vez mais pessoas e empresas em busca de crescimento econômico. Essas políticas têm desencadeado uma série de consequências negativas aos ambientes e aos grupos sociais, tornando-se assim fortes propulsoras dos conflitos socioambientais. Esses conflitos surgem quando a dominação do espaço choca-se com os territórios apropriados, estes construídos por grupos sociais, os quais possuem valores diferenciados e formas distintas de racionalidades, bem como, vivências que se contrapõem ao hegemônico desenvolvimento capitalista.

As imagens dos índios Xavante representam para a etnia a luta, a força e a guerra. Táticas que utilizam no enfrentamento dos conflitos. Os desenhos foram feitos por Boaventura Xalon, Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé, em dedicatória especial a esta pesquisa. Aos Xavante minha admiração e gratidão.





5 | CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

>19

→ **O**s conflitos socioambientais surgem quando os territórios apropriados por grupos que apresentam modos diferenciados de viver e de se relacionar com o ambiente, chocam-se com grupos que são impulsionados a ocupar o território visando benefícios econômicos. O termo “conflito”, originário do latim “conflictus” significa: choque, embate, combate e luta, é definido como profunda falta de entendimento entre duas partes ou mais partes [...] aquele que ocorre quando dois ou mais indivíduos tem interesse sobre um mesmo objeto (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Consideramos um conflito como socioambiental quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. De acordo com Paul Little (2001) os conflitos socioambientais se constituem em choques entre grupos sociais em função de seus distintos modos de relacionamento com a natureza, isto é, com seus respectivos meios: social e natural. Essa compreensão remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico.

Importante diferenciar que os impactos ambientais e as atividades que os promovem não são sinônimos de conflitos socioambientais, e sim, muitas vezes, são as **causas propulsoras**. Somente quando se estabelece um campo de tensão, de disputa e embate (material e/ou simbólico) é que se caracteriza como **conflito socioambiental**. Por exemplo, o desmatamento é uma atividade que provoca impactos ambientais (esgotamento de serviços ecossistêmicos, perda da biodiversidade, empobrecimento do solo, dentre outros), estes impactos quando gerados propiciam um conjunto de disputa pela biodiversidade (riquezas de espécie, habitat e genes) e embates em defesa da manutenção dos modos de vida dos habitantes. Assim posto, muitas das narrativas evidenciaram as atividades e os impactos vivenciados nos locais onde habitam, e posteriormente, apontaram os conflitos socioambientais que os envolviam.

»» Henri Acselrad (2004, p. 26), um dos pensadores mais atuantes neste campo de investigação no Brasil, elabora a noção de conflitos ambientais como sendo:

[...] os conflitos que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.



5.1 | DRIVING FORCES / FORÇAS MOTRIZES

Mato Grosso assiste cotidianamente as rápidas mudanças em suas paisagens. Essas alterações podem ocorrer tanto por intervenções humanas quanto por fenômenos naturais, e são provocadas pelas chamadas forças motrizes (ou *driving forces*) que induzem o desenvolvimento econômico. Essas *driving forces* são divididas em causas diretas e indiretas. Sendo considerados como causas indiretas de mudanças os fatores: demográficos (colonização, migração, pressão populacional etc.), econômicos (desenvolvimento, crescimento econômico, urbanização, industrialização etc.), políticos (alteração ou impacto das instituições político-econômicas, mudanças institucionais), tecnológico (mudanças tecnológicas ou progressos) e cultural (valores, atitudes públicas, crenças, consumo e comportamento individual ou coletivo). Nesta categoria os fatores acima citados são resultantes das decisões e comportamento de sujeitos múltiplos (governos, agentes financeiros internacionais, indivíduo). As causas diretas incluem os diferentes tipos de uso da terra relacionados às atividades humanas que modificam a cobertura da terra, são citadas: conversão de terras, uso de fertilizantes e agrotóxicos nas plantações, introdução de espécies invasoras, queimadas e mudanças no clima (NELSON et al, 2005).

A situação atual dos ecossistemas mato-grossenses pode ser elucidada pelo conjunto de forças motrizes que atuam orientando a ocupação e o uso dos elementos naturais. Essas causas (diretas e indiretas) estabelecem uma intrínseca correspondência com os conflitos socioambientais mapeados, pois os conflitos são tramados por essas causas que geram significativas mudanças nas paisagens e conseqüentemente no modo de vida dos grupos sociais.





6 | AS DENÚNCIAS DE UMA SOCIEDADE INJUSTA: EVIDÊNCIAS NAS CAUSAS DIRETAS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

→ O mapeamento dos conflitos socioambientais denuncia que as disputas por terra, disputas por água, desmatamentos, queimadas e usos abusivos de agrotóxicos compõem as principais causas propulsoras dos conflitos socioambientais em MT. Vale destacar que, de acordo com as narrativas dos sujeitos desta pesquisa, grande parte das causas propulsoras tangencia a disputa pela terra. Configurando assim, a dominação e a invasão dos territórios questões centrais na compreensão dos conflitos socioambientais existentes em MT. Afinal, a dominação e a concentração de terras implicam em outras disputas como o acesso a água e a outros bens naturais (madeira, minérios, etc.).

Diante do quadro expressivo mapeado (quadro 01) percebemos que a dominação dos territórios traz em seu bojo a violência, entendida não somente como violência física - assassinatos e destruição material - mas também, a violência simbólica com a destruição de bens imateriais, discriminações, perda da autonomia, comprometimento da qualidade de vida, desrespeito aos bens comuns e modos de vida e a violação dos direitos, portanto, violação dos princípios de direitos humanos. Comprovadas nas ameaças de morte, no trabalho escravo, no extremismo dos assassinatos, nas intimidações constantemente registradas. Dos 359 focos de conflitos mapeados nesta pesquisa, 68 pontos (19%) sofrem com ameaças de morte ou outro tipo de intimidação.

Importa registrar que as questões aqui apresentadas não poderão ser tomadas em sua inteireza. Daremos relevo em alguns temas com mais intensidade. Abdicaremos de algumas questões para que um panorama geral, proposto neste trabalho, possa ser concebido. Enfim, consideramos que outros estudos podem emergir a partir deste mapeamento.

Enfatizamos que o cenário dos resultados que serão aqui apresentados é mutável, transcendente da temporalidade e do espaço, requerendo uma dinâmica que acompanhe o movimento. Reconhecemos que o retrato tirado é momentâneo, e que de tempos em tempos será preciso retomar este estudo para um cenário atualizado do contexto socioambiental.



Quadro 01 – Matriz das regiões de planejamento e causas propulsoras.

Causas propulsoras	Regiões de planejamento												Total	% Por tipo Causa
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Polo da RP	Juína	Alta Floresta	Vila Rica	Alto Garças	Rondonópolis	Culabá	Cáceres	Tangará da Serra	Diamantino	Sorriso	Juara	Sinop		
Terra														
Disputa por terra	5	7	12	4	4	9	17	4	3	4	4	6	79	22
Desmatamento	7	11	7	5	4	7	11	4	6	2	5	5	74	20,62
Extração ilegal de minérios e areia	4	3		1		4	6		1				19	5,29
Invasão de áreas protegidas (TI / UC)	4		1	2		3	1	1	1		1	2	16	4,46
Compactação de solo				1	3	2	3	1	1				11	3,05
Água														
Assoreamento dos rios e áreas degradadas		6	2	3	2	9	7		1	1		2	33	9,20
Pesca e Turismo predatórios	1	4	4	1		5	1		2			2	20	5,57
Poluição hídrica – esgoto e efluentes químicos				1	1	8	4		2	1			17	4,74
Instalação de PCH, UHE e Hidrovia	2	1	3	1	1	2	3		1			2	16	4,46
Dominação particular e invasão de áreas com acesso a água.		3	1			2	4						10	2,78
Fogo														
Queimadas	3	4	4	3	3	3	2	1	2		3	2	30	8,36
Air														
Uso abusivo de agrotóxicos		2	2	4	4	2	2			3		5	24	6,68
Destruição do patrimônio imaterial		1	1		1	1			1			1	06	1,68
Impactos culturais provocados por instalação de UC						2	2						04	1,11
Total por região	26	42	37	26	23	59	63	11	21	11	13	27	359	100%
% Por região	7,23	11,70	10,38	7,23	6,40	16,44	17,54	3,04	5,85	3,04	3,62	7,53		
Ameaças de morte	5	5	2		2	1	6			1	2	2	26	60,47
Trabalho Escravo	1	3	2			2			1	1	2		12	27,90
Assassinatos	1	1			1				1	1			5	11,63
Total por região	7	9	4		3	3	6		2	3	4	2	43	100%
% Por região	16,28	20,94	9,30		6,97	6,97	13,96		4,65	6,97	9,31	4,65		

Fonte: I e II Seminários de Mapeamento Social. GPEA/UFMT.

Para identificarmos no mapa as causas propulsoras elaboramos ícones que pudessem imgeticamente ser associados a questão pontuada, utilizando o programa de computador CorelDrawX5.



6.1 | Principais causas propulsoras e consequências dos conflitos



Disputa por terra – Neste ponto apresentamos os conflitos relacionados a falta de regularização e demarcação de terras, a luta por distribuição e posse de terras envolvendo diversos grupos sociais.



Desmatamento – Foram marcamos sob essa questão todos os conflitos com interface com a retirada de madeira e grandes extensões de desmatamento em áreas específicas que vem de alguma maneira comprometendo o modo de vida dos grupos afetados por essa ação.



Disputa por água – Nesse item foram pautados casos de grupos sociais que sofrem restrições no uso e acesso a água, em função da ação de terceiros ou do uso privado de rios e igarapés; poluição e/ou assoreamento de rios e nascentes; atividade realizada por empresas ou por indivíduos, de forma predatória, como por exemplo, as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH).



Queimadas – Agrupamos nesse item os conflitos que foram citados com o uso do fogo nas atividades agrícolas, incêndios provocados intencionalmente devido a ação de grileiros e fazendeiros que provocam grandes destruições e se tornam propulsores de conflitos.



Uso abusivo de agrotóxico – Nessa categoria coube os conflitos narrados pelo uso de agroquímicos que vêm drasticamente afetando a vida dos grupos sociais. O uso desses produtos está fortemente associado ao agronegócio.

CONSEQUÊNCIAS DOS CONFLITOS



Ameaças de morte – pontuamos os locais onde foram registrados ameaças de morte e assassinatos.



Trabalho escravo – Confere a este ponto os locais denunciados pelos grupos sociais e dados secundários com a prática desumana do trabalho escravo.

→ **DISPUTA POR TERRA**



Das causas propulsoras citadas pelos grupos sociais, a disputa pela terra é a mais preponderante, justificada pelo contexto histórico de concentração de terras em MT.

Esta questão configura-se como a principal causa propulsora de conflitos, somando um total de 79 focos, correspondendo a 22% do universo das causas apontadas.

O Censo agropecuário (IBGE, 2006) aponta MT como o segundo Estado em concentração de terras no Brasil. É precisamente na intensa inserção das áreas de domínio do Bioma Cerrado, que a produção em grande escala de grãos, como a soja e o milho, além da expansão modernizada do algodão e da incorporação de áreas em direção à fronteira agropecuária ao norte de MT, vêm potencializando o processo de concentração agrária na região. “Pode-se afirmar que a monocultura da soja ou do binômio soja-milho, além do algodão, fez por reforçar a desigualdade que marcava a propriedade da terra em uma região historicamente ocupada por uma pecuária ultraextensiva” (IBGE, 2006, p.111).

Dados estatísticos deste censo expõem que em MT as propriedades acima de 2.500 ha, representam 3,35% dos estabelecimentos registrados no INCRA, ocupam 61,57% das áreas ocupadas pela agropecuária no Estado. Por outro lado, as pequenas propriedades, com menos de 10 ha, representam 13,38% dos estabelecimentos registrados e ocupam apenas 0,13% das terras cultiváveis (IBGE, 2006; WERNER, 2011).

Isso revela que extensas áreas de terras estão centradas nas mãos de uma minoria em detrimento de uma grande quantidade de cidadãos com pouquíssimos espaços.

Algumas narrativas desvelam esse cenário:

“Fui expulsa da minha terra, vivi lá por toda a vida. Chegou um cabra com um documento na mão e disse: Isso aqui é meu, vocês têm que sair o mais rápido. Recorri, achando que tinha direito, mas a justiça, você sabe, né? Disse que a terra é do grileiro, um sujeito que nunca tinha pisado lá antes. Com prou de quem será? Somos seis famílias que vivem na região e estamos assim, sem eira nem beira”.
(Agricultora familiar, município de Confresa, residente na RP03).



*“Nossa dificuldade é conseguir plantar porque a terra foi cercada pelos fazendeiros”.
(Morroquiano, município de Barra do Bugres, RP 07).*

“O jeito de viver do retireiro é coletivo, tudo junto. Aí eles chegam com os documentos frios dizendo que são donos daquelas terras todas lá, bem nos lugares em que passamos nossas vidas e criamos nossos filhos”. (Retireiro do Araguaia, município de Luciara, RP 03).

*“Somos de Marãiwatsédé (mata virgem). Fomos expulsos de nosso território para criarem o maior latifúndio, a fazenda Suia-missú. Nosso povo Xavante sofreu muito longe da terra, morremos muitos. Agora resolvemos voltar e não vamos sair de lá nunca mais. Estamos em guerra!”
(Indígena Xavante, São Félix do Araguaia, RP 03).*

A falta de demarcação de terras dos povos indígenas, quilombolas, retireiros, seringueiros, extrativistas, dentre outros grupos sociais, citadas em todas as RP, “perpetua o cenário de desigualdades e de conflito, e evidenciam o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são atribuídos ao território” (ZHOURI; ZUCARELLI, 2008, p. 03). Vale salientar que somente a demarcação da terra não é suficiente para assegurar a sustentabilidade ecológica e social desses espaços é necessário avançar com políticas públicas que garantam a preservação dessas áreas e a dignidade dos grupos que as habitam.

A disputa por terra é também vivida pelos pantaneiros, segundo as narrativas:

“Muitas das áreas de São Pedro de Joselândia foram sendo ocupadas, foram cercando. Antes ninguém pensava em fazer isso, depois foram vindo os fazendeiros, chegando e cercando e algumas pessoas da comunidade foram fazendo isso também, alguns ficaram de fora. (Pantaneiro, município de Barão de Melgaço, RP 06).

*“O território é uma questão básica e fundamental para as comunidades, sem ele não existimos”.
(Pantaneira, município de Cáceres, RP 07).*

Os acampados lutam arduamente por território em MT, na beira das estradas, símbolo da luta pela terra e revolução agrária no Brasil, também expressam o descaso e morosidade do Estado na condução dos processos de regularização dos assentamentos.

>26

Os assentados buscam territórios mais dignos para viverem. Um exemplo é o assentamento Melhorança na vila Mutum, *“era região de garimpo e teve uma área negociada pelo INCRA, mas mesmo assim houve vários conflitos causando até morte no local”* (Assentado, município de Apiacás, RP 01). O MST-MT registra inúmeras áreas públicas e devolutas que estão sob posse de latifundiários. *“A luta em MT contra o agronegócio é árdua, mas estamos nela de cabeça erguida”* (Militante do MST, município de Cuiabá, RP 06).

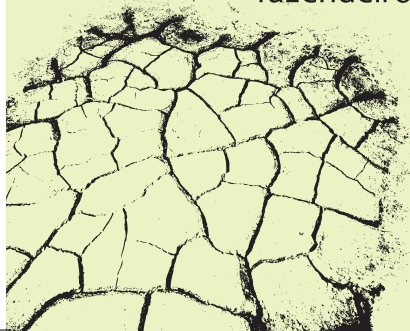
Os povos indígenas são fortemente atingidos pela disputa/invasão territorial, sofrem com a morosidade na demarcação de suas terras, ainda há vários povos que estão sem suas terras demarcadas e garantidas como prevê a Constituição Federal de 1988.

»» Um exemplo dessa luta é vivido pelo povo Bororo na TI Jarudori, com muita violência os Bororo sofrem desde que começaram a retomada da terra em 2006. O território de Jarudori está invadido por fazendeiros, além dos latifundiários, existem várias famílias nos vilarejos (CIMI, 2011).

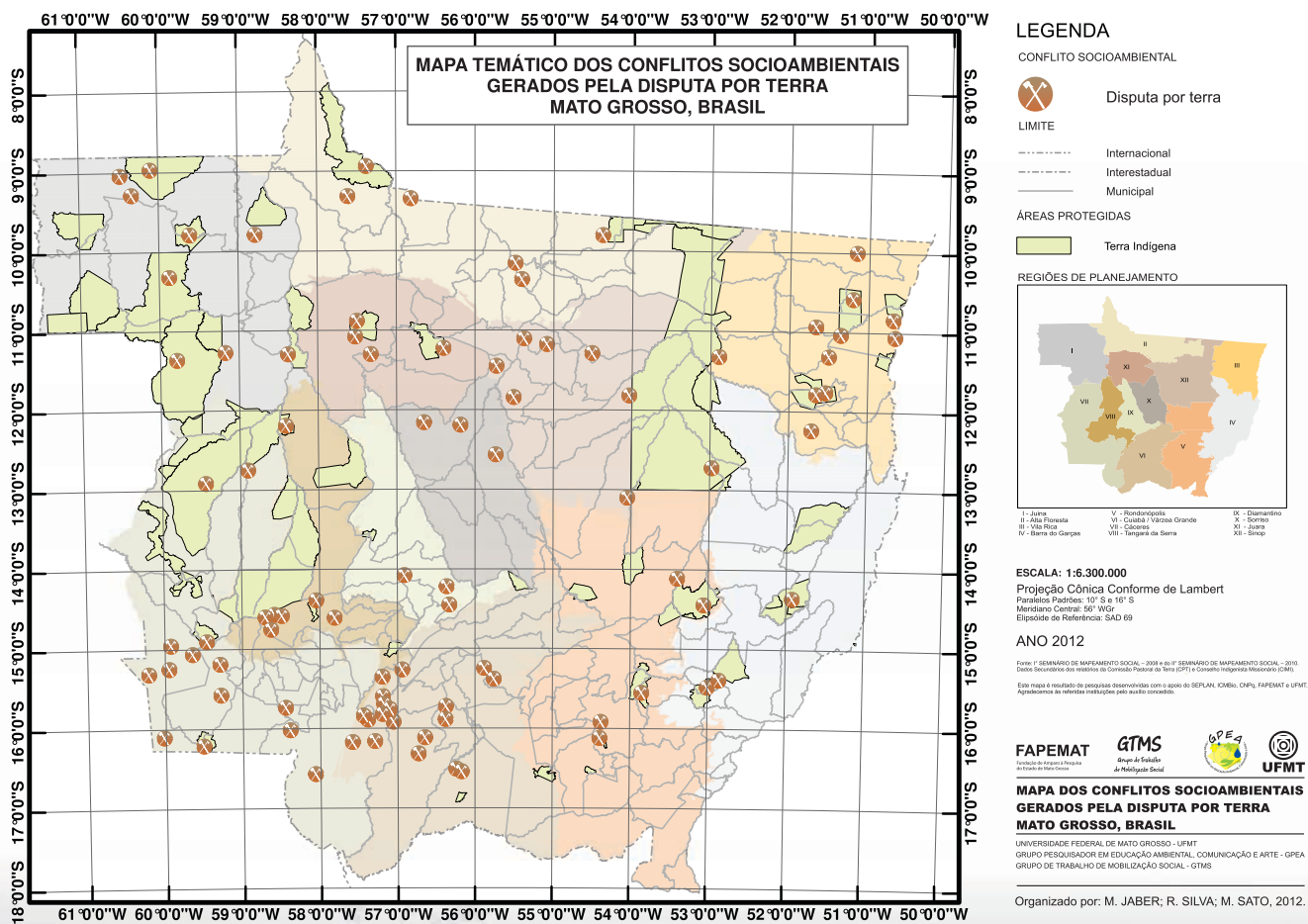
Destacamos que de todos os GT atuantes durante os seminários, os povos quilombolas foram os que mais abordaram a luta desencadeada pelas disputas territoriais. Podemos assegurar que este é o grande mote dos conflitos vividos por este grupo social, e por tantos outros que buscam, por meio da demarcação da terra, a garantia de sobrevivência e manutenção de seu modo de vida. Um exemplo emblemático é a comunidade quilombola de Mata Cavallo.

»» Mata Cavallo tem sua história marcada por confrontos e conflitos, podendo ser narrada como uma arena de luta entre quilombolas x grandes fazendeiros (invasores). Sem título definitivo da terra, sofrem constantes despejos e ameaças de morte.

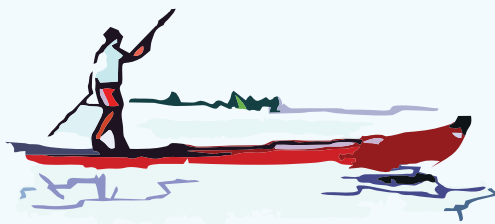
“os fazendeiros para dizerem que estão ocupando as terras (pra dizer que são produtivas), trocaram o mato por um capim que alastrou pelo quilombo e colocaram o gado”. (Quilombola de Mata Cavallo, município de Nossa Senhora do Livramento, RP 06).



Mapa temático dos conflitos socioambientais gerados pela disputa por terra.



>28



→ DISPUTA PELA ÁGUA



A segunda causa apontada como propulsora dos conflitos socioambientais em MT relaciona-se a uma diversidade de lutas na disputa pela água, que representa 26,75% do universo das causas citadas pelos grupos sociais. Esses conflitos são ações de resistência, em geral coletivas, que se apresentam de amplas formas, dentre as mais citadas estão: assoreamento dos rios e áreas degradadas; pesca e turismo predatórios; poluição hídrica – esgoto e efluentes químicos; instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Usinas Hidrelétricas (UHE), hidrovias, dominação particular e invasão de áreas com acesso à água.

“O fazendeiro avançou 25m para dentro da nossa terra para pegar a nascente”.
(Quilombola, município de Poconé, RP 06).

Os choques provocados nas disputas por este elemento são cada vez mais frequentes e tendem a se acentuarem no contexto de escassez e controle. A insubordinação dos grupos sociais à mercantilização e à privatização das águas vem crescendo gradativamente, entretanto, muitas vezes, são tragadas pela truculenta e antidemocrática maneira que os projetos são conduzidos.

A contaminação das águas por lançamento de efluentes químicos e orgânicos é mais uma das severas inquietações dos grupos sociais de MT. De acordo com a SEMA (2009), no Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-MT) dos 141 municípios apenas 16 possuem algum tipo de tratamento dos efluentes sanitários.

A poluição das águas é provocada também pela expansão do agronegócio, entre outras atividades, que substituem a vegetação nativa por culturas ou pastos, estão sempre acompanhadas de desmatamentos e queimadas, causando assoreamento dos rios e aumento da poluição, com impacto direto sobre as águas dos rios, principalmente, sobre as nascentes e o modo de vida dos povos ribeirinhos.

“Nosso solo já foi muito fértil para o plantio do arroz, mas a parte fértil foi degradada pelo garimpo. O assoreamento está tomando conta da terra, são grandes extensões. Virou tudo areia. Virou um deserto. Isso fez com que a água naquela região sumisse”.
(Quilombola, município de Poconé, RP 06).

“Próximo ao rio tem um presídio e todo o esgoto do presídio vai para o rio que depois vai para nossa terra. Os problemas globais são: desmatamentos, agrotóxicos, águas contaminadas, águas poluídas, hidrovias, criação de bois e lixos. Além disso, ainda tem as represas no entorno da TI Pimentel Barbosa. Só lá são oito represas. Em 2009 tudo ficou seco, não passou águas, morreram muitos peixes, bichos. A água é a vida da natureza. A água é a vida da terra. A água é a vida dos peixes. A água é a vida dos sapos. A água é a vida dos Xavante”. (Indígena Xavante, município de Canarana, RP 04).

A **pesca predatória** é também denunciada como ação impactante e propulsora de conflitos. A pressão sob determinada espécie de interesse para a pesca esportiva e turismo de pesca tem comprometido o estoque e a cadeia alimentar.

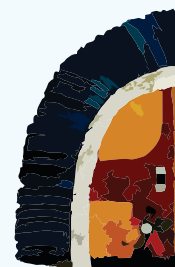
Outra causa pulsante são as propostas de instalação de hidrovias citadas pelos grupos sociais presentes no Pantanal, impactados pela proposta da hidrovia Paraguai-Paraná, e pelos grupos do Araguaia, afetados pela proposta da hidrovia Araguaia-Tocantins.

“Karajá quer dizer 'povo da água', nós Karajá temos origem da água. Nossas atividades culturais são relacionadas à natureza da água, se morrer o rio, a vida do Karajá acaba. Alimentação fundamental do Karajá é peixe do rio. Construção da hidrovia Araguaia-Tocantins se sair este projeto é impacto para o povo, porque eles produzem não para distribuir para o Brasil, mas para levar para fora, o transporte é para exportar para o exterior, o capitalista não respeita e destrói a vida do ribeirão, retireiro da região do Araguaia e dos indígenas Karajá (Indígena, Município de São Félix do Araguaia, RP 03).

As tentativas de privatizarem as águas mato-grossenses são inúmeras. No momento, o Estado de MT assiste a uma proliferação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Usinas Hidrelétricas (UHE) atingindo diversos grupos sociais, tornando-se focos de intensos conflitos.

Alguns casos de conflitos são emblemáticos sobre essa questão:

))) A espoliação vivida pela **etnia Enawene Nawe**, é um lastimável exemplo do funcionamento do hidronegócio, encarando um forte conflito contra a instalação do Complexo Hidrelétrico do Juruena (denominação dada a uma sequência de usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas instaladas e previstas) em pontos localizados entre as cabeceiras do **rio Juruena** e sua confluência com o rio Juína, numa extensão de 287,05 Km que vem comprometendo o ambiente e o modo de vida desta etnia, que tem 90% da base de sua alimentação composta por peixe. A antropóloga Almeida (2011) assevera que o Yaõkwa, cerimonial indígena do povo Enawene Nawe reconhecido como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira, está comprometido com a instalação deste empreendimento, pois o cerimonial é completamente associado à pesca. Desde 2009, os Enawene Nawe estão sofrendo com a baixa pesqueira no rio Juruena. Suas pescarias tradicionais têm obtido um resultado muito aquém das grandes quantidades de pescado obtidas anualmente por este povo, antes do início das obras do Complexo Juruena.



))) Usina de Manso - A **UHE Manso** atingiu 1.065 famílias, de 18 comunidades, sendo que apenas 422 foram indenizadas e/ou incluídas no plano de mitigação (MAB, 2005). As populações ribeirinhas atingidas pelas obras foram desconsideradas frente à perspectiva do lucro desta mega obra. A perda irreversível de seus territórios e de suas áreas de produção e reprodução social acarretou em vários problemas sociais. As narrativas dos atingidos pela barragem do MAB, presentes no seminário, afirmam que a população foi retirada das áreas úmidas do vale para ser reassentada no Cerrado, em terrenos constituídos por 90% de areia, sem nenhuma consideração por seu modo tradicional de vida. Outros problemas relatados foram a falta de qualidade de vida, o tamanho dos reassentamentos e a falta de água potável. Ainda em 2011, apenas algumas famílias conseguiram ser reassentadas e poucas, atualmente, conseguem produzir alimentos. A realidade vivida por esses grupos está muito distante das promessas feitas pelos empreendedores no momento de construção da UHE.



))) A **TI Kayabi** é palco de recentes conflitos socioambientais relacionados a esta questão, neste território um grupo de indígenas das etnias Kayabi, Munduruku e Kayapó mantiveram, no mês de outubro de 2011, dois funcionários da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e cinco representantes da FUNAI reféns por quase uma semana na aldeia Kururuzinho; o protesto ocorreu por reivindicação junto ao governo federal para o andamento do processo de ampliação da TI Kayabi e a suspensão da instalação da UHE São Manoel, que está prevista para ser construída na divisa entre os Estados de MT e Pará, no **rio Teles Pires**, que irá afetar as etnias Kayabi e Munduruku. Após este acontecimento os indígenas reuniram-se com o governo federal e firmaram o acordo de que as audiências públicas ocorressem somente noventa dias após essa conversa, para que os indígenas pudessem se preparar e mobilizar os parceiros a refutarem a proposta da UHE. Entretanto, o pacto firmado entre indígenas e representantes do governo federal foi desconsiderado e as audiências públicas foram agendadas para 20 dias após a data do acordo firmado.

Desenho: Eroit Kayabi

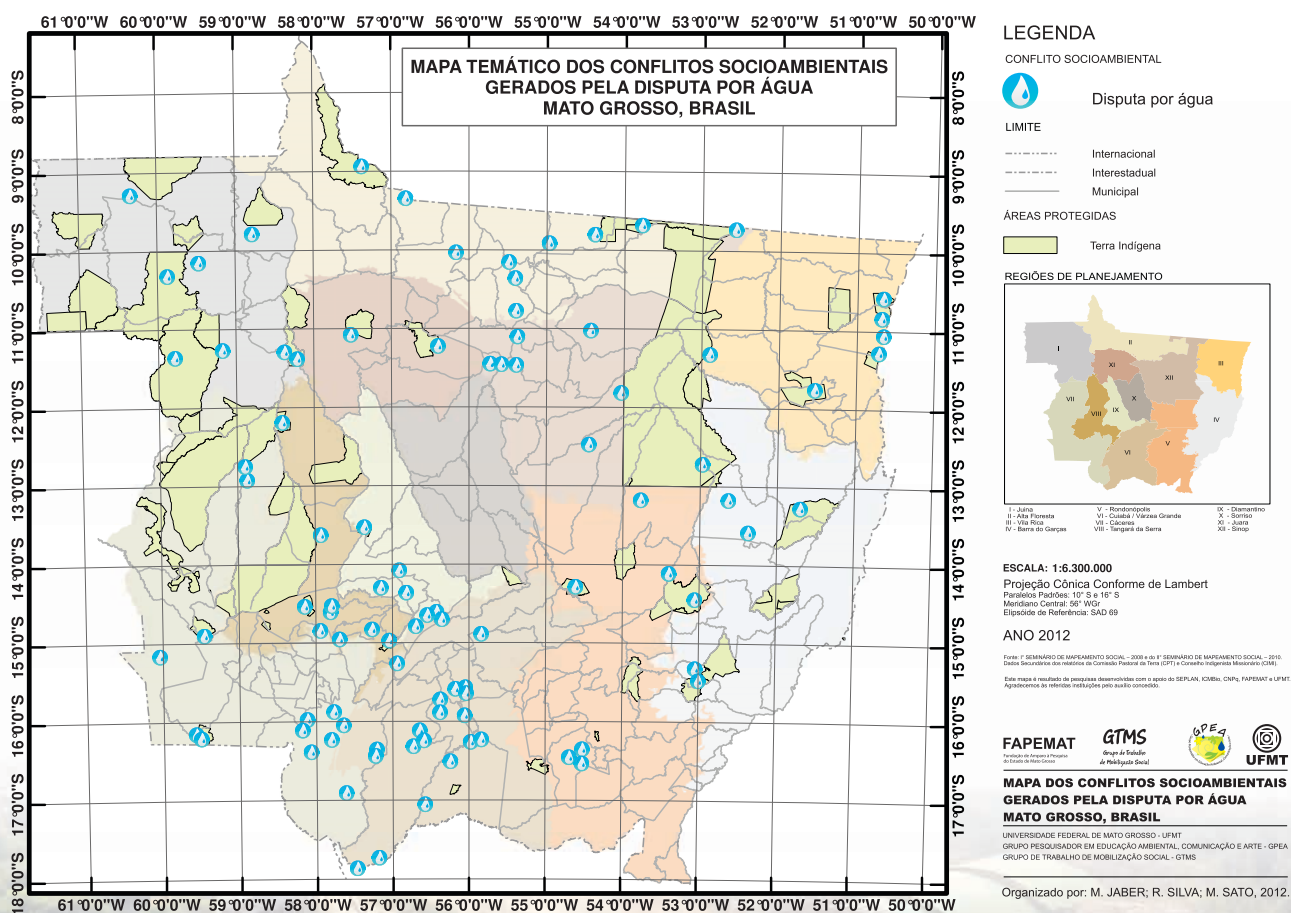


))) A **UHE de Sinop**, uma das hidrelétricas do Complexo Tapajós, é outro empreendimento que vem sendo implantado de forma arbitrária e tem contado com forte resistência dos movimentos sociais que estão articulados contra a sua instalação.



Existem outros focos de conflitos socioambientais provocados pela instalação de hidrelétricas em Mato Grosso. Esses citados são alguns dos casos relatados durante os seminários de mapeamento social e oficina com povos indígenas.

Mapa temático dos conflitos socioambientais gerados pela disputa por água.



canteiro de obras da
UHE Dardanelos em Aripuanã, MT





→ **DESMATAMENTO**

*Matar e des-matar caminham juntos
no mundo-moderno-colonial.*

Carlos Walter Porto-Goncalves

No processo de escuta durante os Seminários de Mapeamento Social e no decorrer das entrevistas, realizados nesta pesquisa, o desmatamento foi uma questão recorrente e incessantemente abordada, por afetar diretamente o modo de vida dos grupos sociais mato-grossenses. É apontado como uma forte mola propulsora de conflitos socioambientais acirrados pela manutenção da biodiversidade, ocupando 20,27% das respostas dos entrevistados.

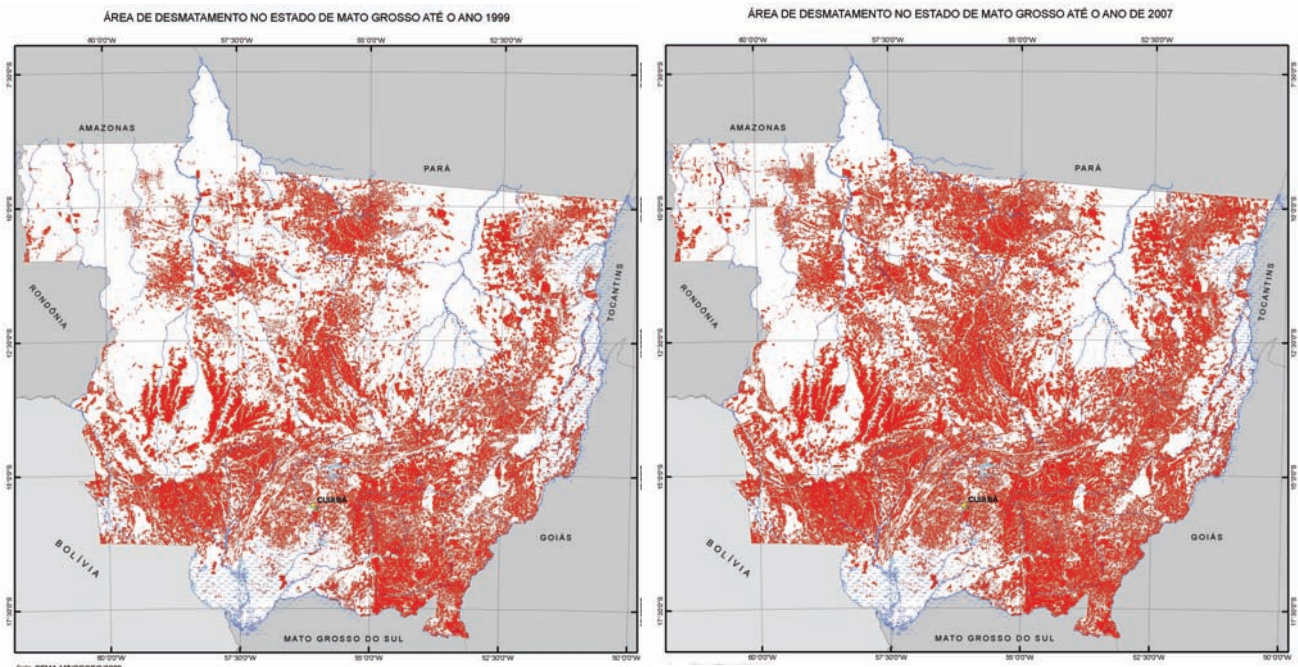
Os desmatamentos proporcionam impactos ambientais severos, tais como: a fragmentação das paisagens, a perda da biodiversidade, a exposição do solo, o assoreamento dos rios, a redução do regime de chuvas, comprometem os importantes ciclos naturais e alteram as funções ambientais e os serviços ecossistêmicos. Da mesma forma, implicam na perda de qualidade de vida das populações locais que têm sua base de vida totalmente ligada aos ambientes naturais.

De acordo com dados até 1999 o desmatamento absoluto em MT representava 25.777.924,61 hectares (ha), esta área subiu para 34.285.223,77 ha desmatados até 2007 (SEMA, 2009). Ou seja, em sete anos (1999-2007) a área desmatada foi de mais de 8 milhões de ha. Foi desmatado, em média, 1.2 milhão de ha por ano .





Áreas de desmatamento acumulado em Mato Grosso no ano de 1999 e 2007.



CONVENÇÕES

- Hidrografia
- Laguna
- Pântano
- Área sujeita a inundação
- Capital

LEGENDA

Desmate até 1999

Área - 25.777.924,61Ha

Desmate até 2007

Área - 34.285.223,77 ha



ADAPTADO de SEMA/COGEO, 2009.

Os habitantes das TI Paresi, Ponte de Pedra, Apiaká/Kaiabi, Panará, Erikbatsa, Marãiwatsédé e outras etnias que vivem na Terra Indígena do Xingu (TIX), denunciam as dificuldades em proteger seus territórios e o entorno contra o desmatamento ilegal que adentra sorrateiramente. Enfrentam o mesmo problema os moradores dos Projetos de Assentamentos Nova Esperança, Filinto Muller, Nova Maringá e Antonio Conselheiro que narram os constantes confrontos com fazendeiros.

Os trechos transcritos abaixo evidenciam a dimensão dos conflitos gerados por esta prática:

“É um abuso o que eles estão fazendo no Pantanal. Estão desmatando, fazendo estradas particulares, acabando com os bichos e com a gente” (Pantaneira, Cáceres, RP 07)

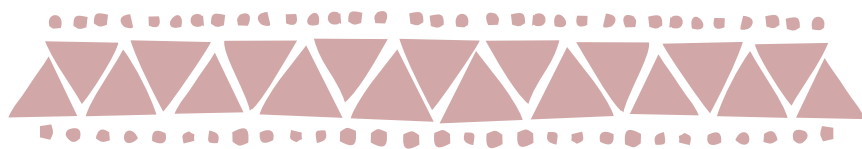
“Na nossa região temos muito desmatamento que continua avançando sobre as áreas de fragmentos de floresta. Também temos a degradação dos solos uma das consequências dos desmatamentos. As APPs também foram desmatadas. As consequências disso geram conflitos pela falta de água. O proprietário maior dá um jeito coloca poço artesiano e o pequeno produtor como faz?” (Militante, Colíder, RP 02).

Dentre os GT que debateram os conflitos socioambientais, o GT dos povos indígenas destaca-se nas denúncias e na luta contra o desmatamento que afetam drasticamente o seu modo de vida. As narrativas dos povos indígenas apontam casos de invasão das terras por grileiros, grandes produtores rurais e madeireiros para retirada de madeira.

“Há 30 anos, você chegava à nossa terra só via mata. Demorava muito só via Cerrado. Hoje, asfalto passa na porta da aldeia. Saindo da nossa divisa, chegamos à lavoura de soja e algodão. Da aldeia enxergamos grandes armazéns”. (Indígena Manoki, Município de Brasnorte, RP 08).

“Ficamos presos numa ilha sem poder fazer quase nada”. (Indígena Manoki, Município de Brasnorte, RP 08).





Essas denúncias foram feitas por diversas etnias que habitam diferentes TI, sendo algumas delas: os Xavante das TI Marãiwatsédé e São Marcos, os Kayabi da TI Apiaká-Kayabi, os Rikbatsas da TI Japuira, os Irantxe-Manoki da TI Manoki, os Kamaiurá da TIX e também os povos Panará, conforme narrativa abaixo.

“Nesse mês [setembro 2010] os madeireiros invadiram nosso território, ninguém sabia de nada, ninguém sabia que eles estavam lá dentro, saíram com quase 100 caminhões. Chamamos Polícia Federal, chamamos IBAMA, FUNAI e não aconteceu nada. Aí nós mesmos Panará guerreiros invadimos com 30 guerreiros o acampamento deles e pegamos trator, os brancos, motosserras e prendemos tudo. A gente não pode depender de outra pessoa, não pode. Esse é o nosso pensamento, e pensamento não é igual. Esse é o nosso pensamento, nós mesmos temos que brigar pelo o que é nosso. A gente tem que cuidar muito, o homem branco só quer lucrar”.
(Indígena Panará, município de Peixoto de Azevedo, RP 02).



Mais de 93% do desmatamento identificado nas TI são de origem externa (FILHO; SOUZA, 2009). O ataque a esses refúgios ecológicos denota perda da biodiversidade, sobremaneira, significa genocídio contra os povos indígenas, já que seu modo de vida está intrinsecamente ligado à natureza.

1 - Um dos casos mais emblemáticos da pressão sofrida pelos povos indígenas em MT por invasão e desmatamento é a TI Marãiwatsédé. A área demarcada desta TI é de 165 mil ha e, infelizmente, é considerada a TI mais desmatada do Brasil, com cerca de 70% do território já devastado. Marãiwatsédé (mata perigosa) é habitada pelo povo Xavante, que vive em uma área limitada de 15 mil ha com sérios problemas de escassez de fontes naturais para a manutenção de suas vidas, o restante do território está tomado ilegalmente por fazendeiros e invasores, majoritariamente, criadores de gado e produtores de soja que exauram o ambiente e acumam e ameaçam os Xavante, primeiros habitantes daquela área. O clima de tensão persiste permanentemente neste território, com risco de acirramento do conflito com os invasores a qualquer momento. Várias lideranças Xavante são ameaçadas. Os Xavante não podem fazer suas roças, caçar, pescar nem coletar materiais tradicionais.

“A situação é gravíssima, nossas famílias estão sem espaço. Nosso cacique Damião está firme na batalha. Marãiwatsédé é nossa!” (Índigena Xavante, município Alto da Boa Vista, RP 03).

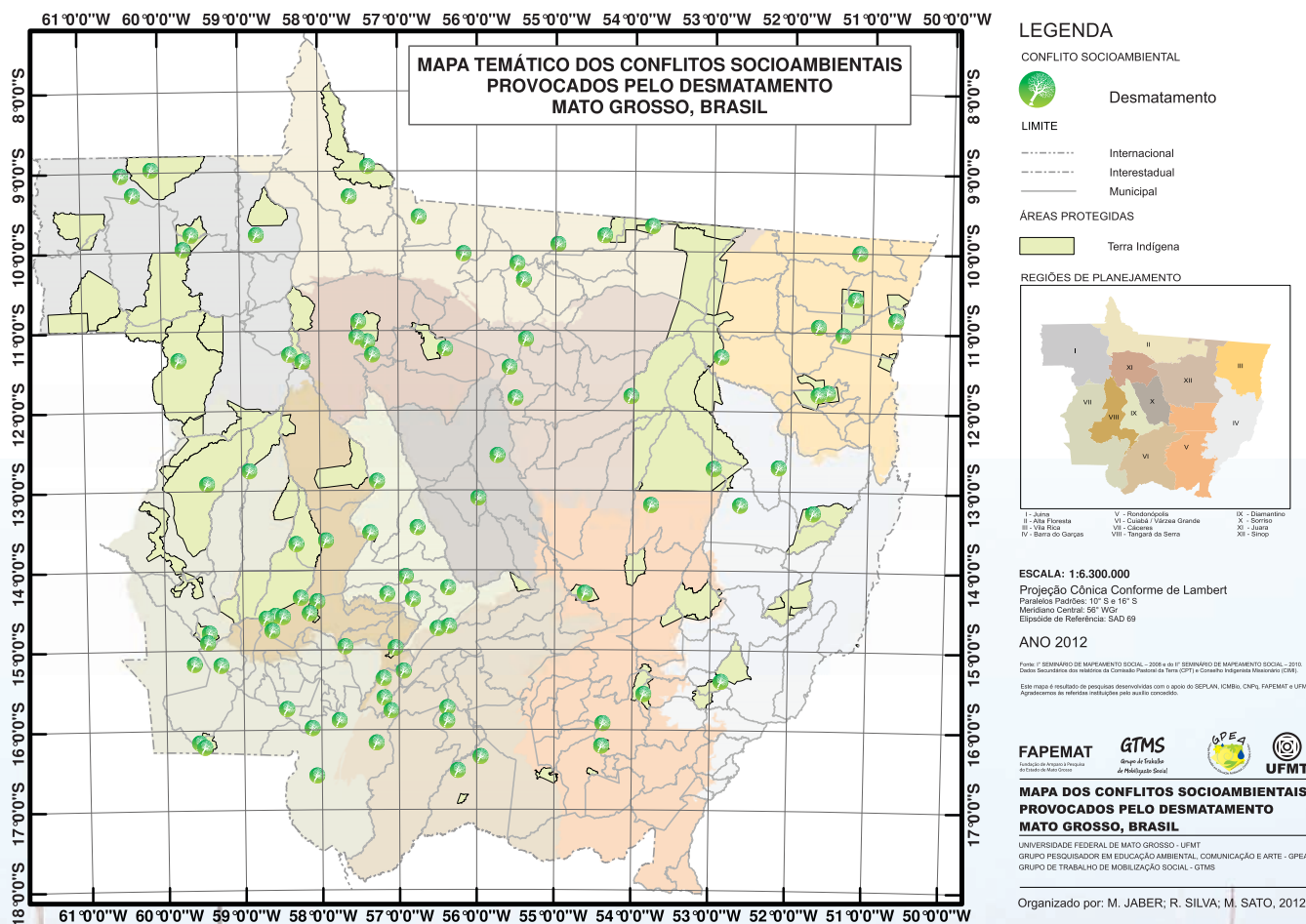


Imagem - Boaventura Xalon

“Estamos em guerra, o povo Xavante não foge”. (Índigena Xavante, município Alto da Boa Vista, RP 03).

2- Um foco de conflito considerado gravíssimo em TI é vivenciado pela etnia Tapirapé da TI Urubu Branco (situada nos municípios de Confresa, Porto Alegre do Norte e Santa Terezinha), RP 03. O conflito ocorre em virtude da permanência de invasores na área norte do território indígena, que continuam a depredar a área. Vieira (2011a), nos alerta que os Tapirapé, cansados de verem os invasores desmatando para a retirada de palanques para seus currais e venda de madeira ilegal, apreenderam algumas cabeças de gado, arma, moto-serra e um trator dos invasores.

Mapa temático dos conflitos socioambientais provocados pelo desmatamento.



Área desmatada na Floresta Amazônica em Colniza, MT



→ QUEIMADAS



Seguindo o ciclo vicioso de devastação, provocando grandes danos aos ecossistemas e impulsionando os conflitos socioambientais, surgem as queimadas (8,36% das causas propulsoras). As queimadas são definidas como processos de queima de biomassa e podem ocorrer por razões naturais ou por iniciativa humana (FREITAS et al., 2005).

As queimadas são constantemente associadas à dinâmica do desmatamento. No cenário mato-grossense, podemos assegurar ser inerente esse arrolamento entre o desmatamento, a degradação, a exploração madeireira e o incêndio florestal, sendo imprescindível a ponderação desse entrelaçamento em qualquer ação de controle e ordenamento territorial.

Todos os biomas são afetados pelas queimadas, sobremaneira, o Cerrado, tomado como celeiro do agronegócio. “No ano de 2009, o Cerrado foi o bioma onde se constatou a maior área queimada, 77,34% do total, seguido pela Amazônia com 21,47% e Pantanal com 1,16%” (MATO GROSSO, 2010, p.33). Com isso, podemos perceber que, conforme a fronteira avança, progridem exponencialmente os focos de calor e, conseqüentemente, as degradações socioambientais.

As queimadas atingem diretamente a vida dos trabalhadores do campo, povos indígenas, comunidades quilombolas, retireiros, dentre outros grupos, aumentando os casos de doenças respiratórias, perda de suas roças e, algumas vezes, da própria moradia. Toda essa degradação afeta as relações sociais e gera cada vez mais situações de conflito.

“todo ano é a mesma coisa, tem época do ano que não durmo fazendo aceiro para que o fogo que vem da fazenda não entre dentro da minha casa, é uma luta sem fim”. (Quilombola de Mata Cavalo, município de Nossa Senhora do Livramento, RP 06).




Essa questão foi intensamente narrada, sobretudo, pelos participantes do GT 04 - agricultores familiares. Esse grupo social luta arduamente para conter os incêndios que, muitas vezes, são provocados em outras propriedades e se alastram por toda a região. Podemos perceber isso na fala de uma agricultora familiar:

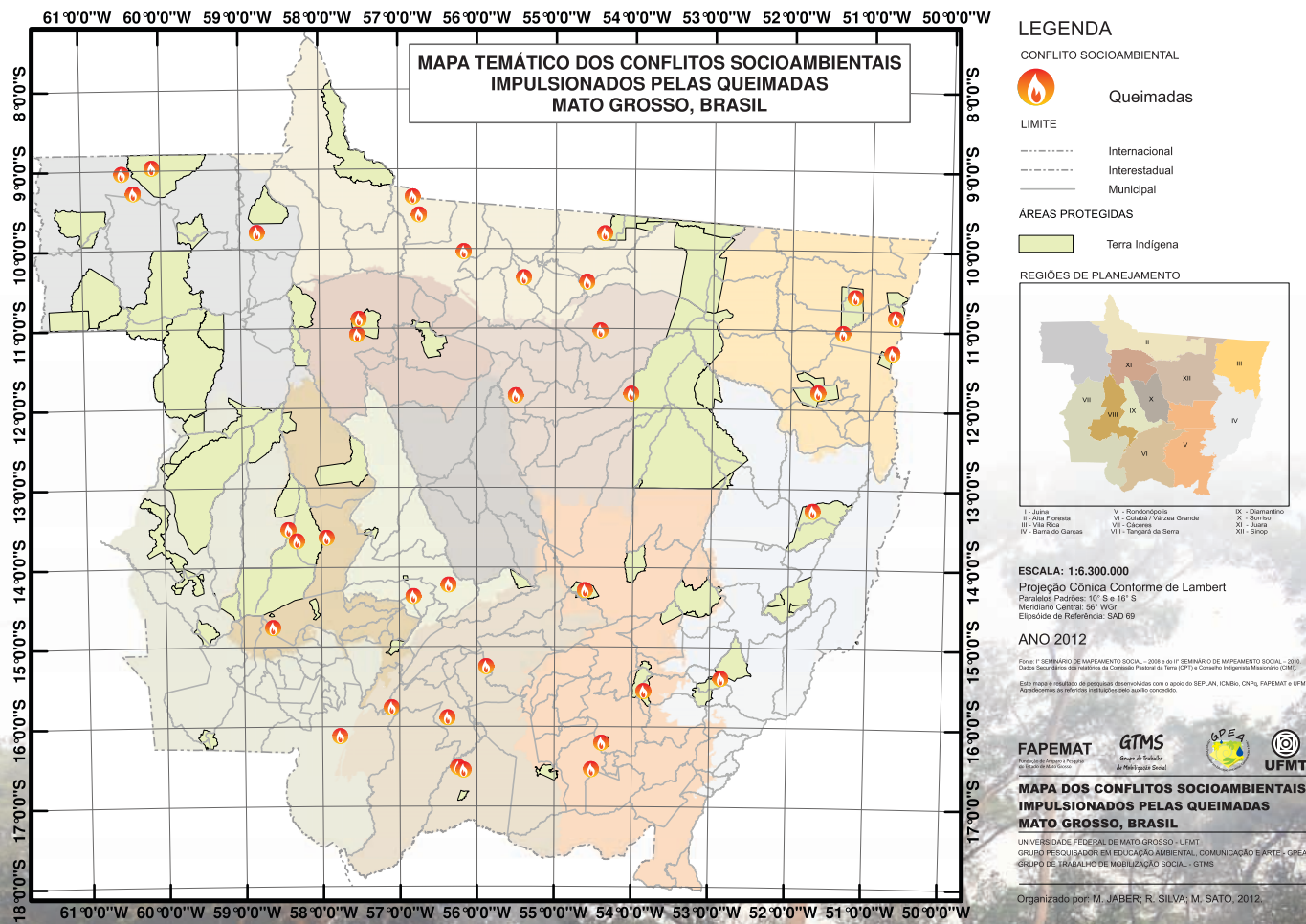
“No ano passado perdi toda a plantação por causa da queimada que o vizinho fez. Ele não cuidou do fogo, não fez aceiro direito e minha família é que saiu prejudicada. Perdemos tudo. Mas, ainda assim, temos que agradecer pelo fogo não ter queimado nossa casa”.
(Agricultora familiar, RP 02, município de Cláudia)

Os impactos ambientais provocados pelos desmatamentos e pelas queimadas comprometem a dinâmica de sobrevivência e trabalho, que muitos têm chamado de “serviços ecossistêmicos”. Dentre os impactos gerados por essas atividades, no que diz respeito ao serviço de provisão, aponta-se a redução da biodiversidade, dos estoques de madeira e de produtos florestais não madeireiros. Compromete o serviço de regulação, nas mudanças no clima, na redução da capacidade de absorção de carbono e na alteração do ciclo hidrológico, entre outros. O desmatamento e as queimadas levam à perda de nutrientes do solo, o que danifica o serviço de suporte (FOLEY et al., 2007). No serviço cultural afetam o modo de vida (material e espiritual) dos grupos sociais e provocam muitas doenças, conforme a narrativa:

“A nossa terra é o nosso espírito. Nosso espírito é a natureza. Os fazendeiros que estão provocando as queimadas na natureza perdem o controle do fogo que adentra e queima tudo. Queimam a nossa terra, assim queimam nossos espíritos também”. (Indígena Xavante, RP 03, município de Bom Jesus do Araguaia).



Mapa temático dos conflitos socioambientais impulsionados pelas queimadas.



A rica floresta amazônica mato-grossense sofre com as degradações, é comum a visão de árvores no chão ardendo em chamas. E a paisagem se transforma. A floresta perde seu território, dando lugar, aos pastos – cemitérios das castanheiras, e em alguns casos, em grandes extensões predominam uma vegetação secundária – a extensiva floresta de embaubais.

«« Colniza, MT

USO ABUSIVO DE AGROTÓXICOS



No universo investigado, o uso abusivo de agrotóxicos representa 6,36% das fontes de conflitos em MT. Diversos grupos relataram as trágicas interferências no seu modo de vida pelo uso do agrotóxico. Além das interferências, entrar nessa arena é encarar o conflito com grandes multinacionais que dominam o mercado lucrativo, que está sob poder de apenas “seis empresas controlando 67,8% da produção e comercialização: Syngenta, Bayer, Basf, Monsanto, Dow e Dupont” (ROSSI, 2011, p.13).

“Vivemos uma guerra química, e, ainda assim, não fazemos muitas coisas para mudar o cenário. É preciso avançar e denunciar essa agressividade aos seres humanos e à natureza.” (Militante, Porto Alegre do Norte, RP 03).

“Esses dias teve um temporal, você via por cima da aldeia um pó vermelho, igual fumaça. Aí a gente pensa: logo, logo estamos sofrendo crise de saúde com as nossas crianças e velhos. Esse pó é cheio de agrotóxico. Eu não tenho estudo, mas pelo meu conhecimento, a gente vê que vamos ter problemas com a saúde porque nossa área é bem de frente com as fazendas e armazéns.” (Indígena, Brasnorte, RP 08).

Diversos impactos são associados ao uso de agrotóxico: comprometem a microbiota do solo, com isso aumentam a velocidade de erosão do solo; são altamente solúveis percolando o solo e poluindo as águas subterrâneas; poluem águas de riachos, rios e lagos matando também a fauna aquática desses habitats; faz com que a agricultura seja altamente dependente desses insumos; provocam doenças nos trabalhadores que pulverizam, assim como, nas pessoas que consomem os alimentos contaminados.



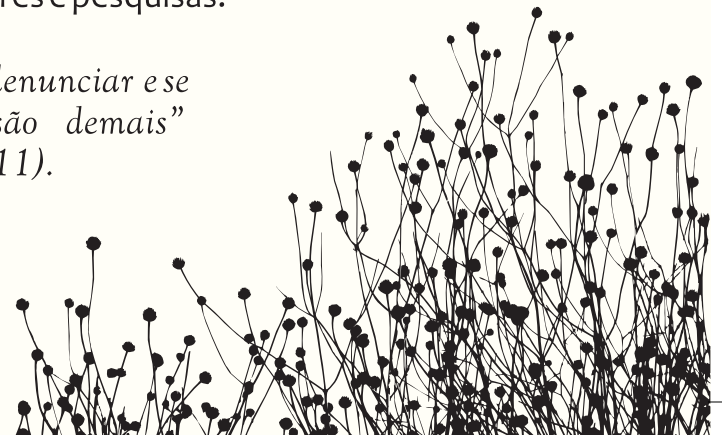
Conforme destaca Pignati (2011, p. 28), o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos e usou 923 milhões de litros em suas lavouras em 2010, calcula-se uma média de 5,2 litros de consumo de agrotóxico por habitante/ano. O pesquisador ao analisar os dados secundários (IBGE e INDEA) verificou que,

Dentre os Estados brasileiros, MT é o campeão, sendo que, dos seus 141 municípios, 24 com 80% de desmatamento e 30 com 60% de desmatamento, produzem 90% dos produtos agrícolas e consomem 90% dos agrotóxicos e fertilizantes químicos. Em 2010, o Estado produziu 6,4 milhões de hectares de soja; 2,5 milhões de milho; 0,7 milhões de algodão; 0,4 milhões de cana; 0,4 milhões de sorgo; 0,3 milhões de arroz e 0,4 milhões de hectares de outros produtos (feijão, mandioca, borracha, café, frutas e verduras) e consumiu cerca de 132 milhões de litros de agrotóxicos (produto formulado), principalmente, de herbicida, inseticida e fungicida. (PIGNATI, 2011, p. 28).

Em MT, é difícil excluir a relação existente entre o avanço da produção de soja e o aumento vertiginoso do uso de agrotóxicos. De acordo com os dados do IBGE (2011) o município de Lucas do Rio Verde, o cerne do agronegócio mato-grossense, destaca-se dentre os cinco maiores produtores do Estado, cerca de 420 mil ha entre soja, milho e algodão, proporcionalmente, consumiu cerca de 5,1 milhões de litros de agrotóxicos nessas lavouras.

As ameaças afetam os grupos sociais vulneráveis, assim como pesquisadores da temática, que são pressionados por gestores públicos e pelos grandes produtores rurais a recuarem com as denúncias, ações populares e pesquisas.

*“Sobre os agrotóxicos a gente tem que falar, denunciar e se esconder, pois as ameaças e pressões são demais”
(Agricultor familiar, Lucas do Rio Verde, RPI 1).*



1 - Um exemplo dos conflitos provocados por esta prática é narrada por uma agricultora familiar que, com muito pesar, conta os enfrentamentos encarados no ano de 2011 no assentamento onde mora. A história desse assentamento é marcada pela injustiça e truculência praticadas há mais de oito anos. A entrevistada relata que viviam 80 famílias no local desde 1993, depois de dez anos apareceu um grileiro com uma escritura na mão, as famílias não entenderam como essa pessoa tinha a escritura de uma área que até então nem matrícula possuía.

“A guerra dos agrotóxicos expulsa os agricultores familiares da terra para morarem nas periferias das cidades. Os empresários que chegaram ao nosso território, falam assim para gente: quero ver se vocês vão continuar morando aqui. Quero ver quando o aviãozinho passar e lavar sua terra e sua casa com veneno. Vamos ver quem vai resistir a isso” (Agricultora familiar, Confresa, RP 03)

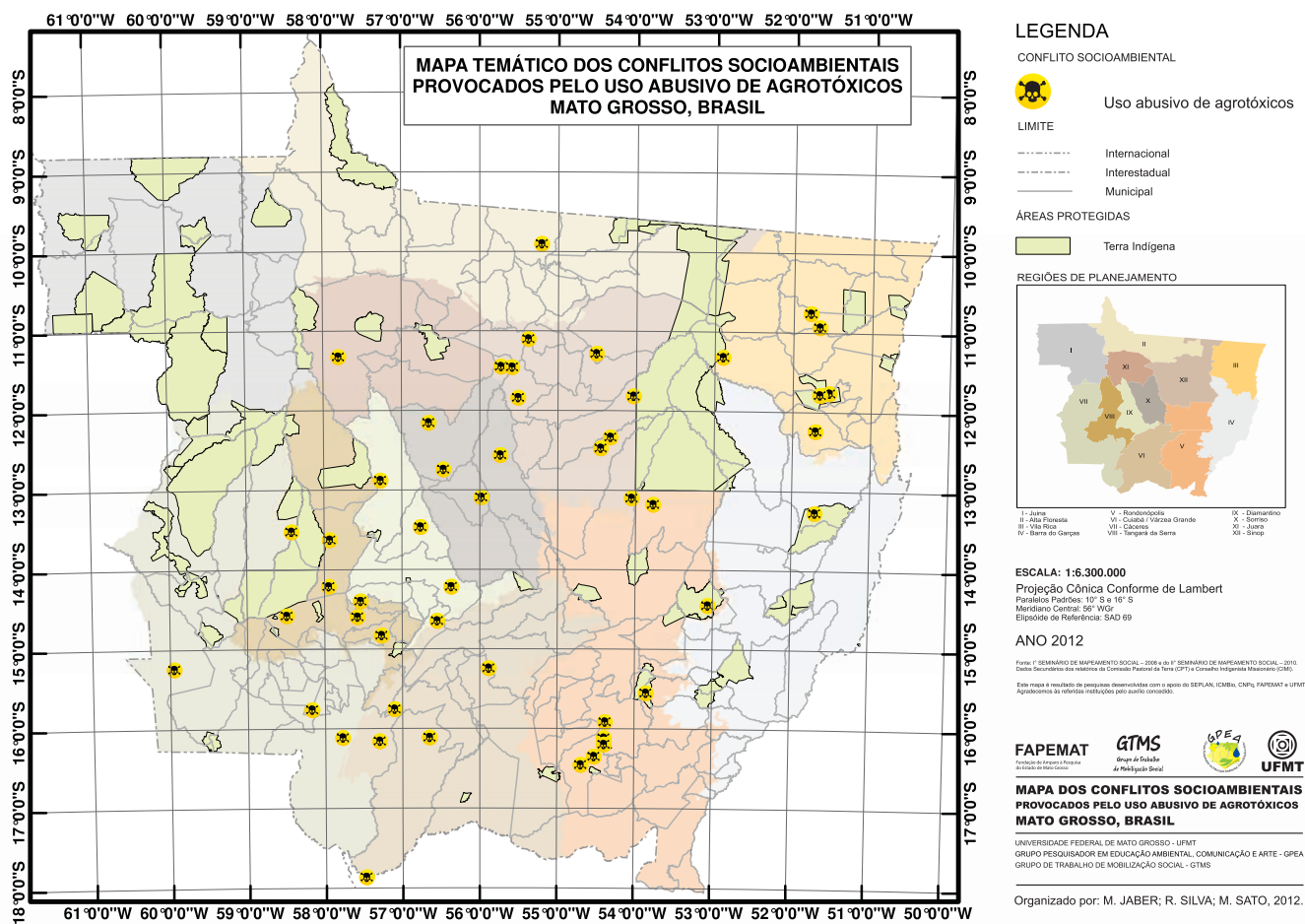
O grileiro vendeu a terra para uma empresa. Sob fortes ameaças a maioria das famílias saíram da terra e mudaram para a cidade de Confresa, resistindo no território somente três famílias.

“Cada vez que uma família entregava sua terra enfraquecia o movimento de resistência. Mas, com premeditação a decisão de cada uma, pois os negociadores da empresa diziam assim para gente: 'Querem negociar a terra?' Respondíamos que não. Aí eles falavam: Então, teremos que negociar com o seu herdeiro, é isso? Com bastante tranquilidade o ameaçador dizia a nós: 'quem resiste sai fácil quando começarmos a jogar o veneno na terra, quero ver quem vai ficar'” (Agricultora familiar, Confresa, RP 03).

Encarar a luta contra o uso desses venenos é também enfrentar e defender uma produção mais orgânica, sustentável e justa; incentivar a agricultura familiar; fomentar a reforma agrária; dinamizar a economia solidária para abastecer o mercado local com alimentos saudáveis. É uma opção por um modo de vida mais inclusivo, cuidadoso e justo.



Mapa temático dos conflitos socioambientais incitados pelos agrotóxicos.



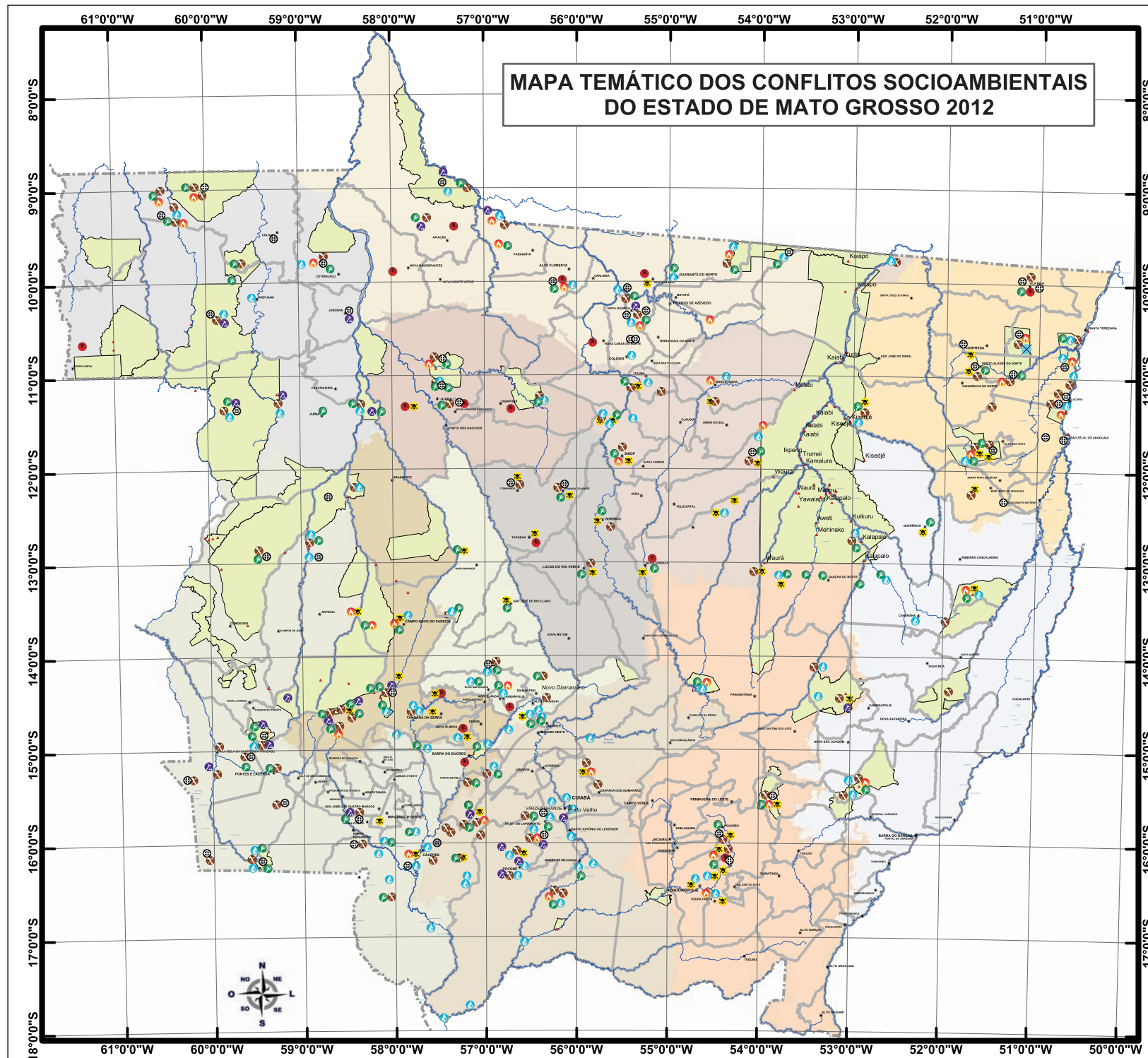
7 | OS MAPAS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

➔ **A** fim de apresentar uma espacialização do mosaico de conflitos socioambientais mapeados e discutidos anteriormente, elaboramos o **Mapa dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso – 2012**, subsidiados pelo uso de tecnologias de processamento de dados georreferenciados. O mapa em questão é composto pelos pontos de ocorrência dos conflitos, os locais em que registram ameaças de morte e trabalho escravo. O mapeamento totalizou 194 pontos de ocorrência. Isso não significa dizer que mapeamos 195 conflitos, pois cada ponto possui mais de uma causa propulsora, elevando assim, esse número a 359 causas.

Ressaltamos que a maioria dos pontos do mapa foi georreferenciada de acordo com as coordenadas geográficas, contudo, alguns pontos trazem uma localização aproximada, segundo as narrativas dos grupos pesquisados. Os pontos dos conflitos assinalados durante as oficinas foram confirmados por meio de consultas a dados secundários: artigos científicos, relatórios técnicos e acadêmicos, publicações diversas etc. Entretanto, como essa pesquisa é ancorada metodologicamente na autonarração, foram considerados, sobremaneira, os registros feitos pelos grupos sociais entrevistados.

Além do mapa com os pontos de ocorrência dos conflitos, elaboramos o **Mapa temático dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso – 2012**, formado por um conjunto de shapes que tem uma base para cada causa propulsora.





MAPA TEMÁTICO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO 2012

LEGENDA

- Ameaça de morte
- Desmatamento
- Disputa por água
- Disputa por terra
- Extração ilegal de minérios
- Queimada
- Trabalho escravo
- Uso abusivo de agrotóxico

>47

CONVENÇÕES

- Sede Municipal
- Aldeia
- Rios

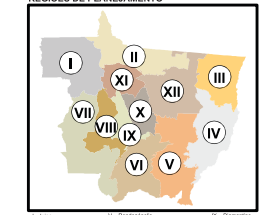
LIMITE

- TIPO**
- Internacional
- Interestadual
- Municipal

ÁREA PROTEGIDA

- Terra Indígena

REGIÕES DE PLANEJAMENTO



LOCALIZAÇÃO DO ESTADO



ESCALA: 1:6.500.000

ANO 2012
 Projeção Cônica Conforme de Lambert
 Paralelos Fictícios: 10° S e 16° S
 Meridiano Central: 56° W
 Elipsóide de Referência: SAD 69

Fonte: Iº SEMINÁRIO DE Mapeamento Social - 2008 e do IIº SEMINÁRIO DE Mapeamento Social - 2010. Dados Secundários dos registros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Este mapa é resultado de pesquisas desenvolvidas com o apoio do SEPLAN, ICMBio, CNPq, FAPEMAT e UFMT. Agradecemos as referidas instituições pelo auxílio concedido.



MAPA TEMÁTICO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT
 GRUPO PESQUISADOR EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COMUNICAÇÃO E ARTE - GPE4
 GRUPO DE TRABALHO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL - GTMS

Organizado por M. JABER; R. SILVA; M. SATO, 2012.

**MAPA TEMÁTICO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS
DO ESTADO DE MATO GROSSO 2012**





8 | AS TÁTICAS DE RESISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM MT

>49

→ **O** cenário, até então apresentado, oferece-nos um quadro desalentador diante da miríade de conflitos socioambientais mapeados. No entanto, em uma perspectiva mais otimista aspiramos demonstrar que se existe uma situação conflitante é porque ainda há alentos de resistência. Os territórios não estão sendo dominados pacificamente, esbarram-se na teimosia de grupos sociais que almejam uma sociedade mais democrática. Com isso, confirmamos que formas de dominação e de opressão provocam, por sua vez, formas de resistência e de lutas.

Conhecer, mapear, denunciar e anunciar esses enfrentamentos faz-se necessário, para compreendermos de que modo os grupos que engendram uma relação sustentável humano-ambiente sobrevivem e resistem aos impactos sociais, econômicos e ambientais que tentam aniquilar suas vidas, suas esperanças e seus territórios. De que forma, territórios, identidades e temporalidades se emaranham em teias e mosaicos, tecidos intrinsecamente na relação cultura e natureza.

De modo geral, as narrativas desvelam que os grupos criam, paulatinamente, táticas de resistência contra os processos hegemônicos de dominação e lutam pela democratização do acesso aos elementos naturais e aos territórios. Sobremaneira, esses grupos, afrontam-se ao individualismo homogeneizador (monocultural) da sociedade moderna, apregoando a diversidade de ambientes, de culturas, de ideais, de sonhos e de vidas!

»» “toda ordem, quanto mais dura e implacável, implica uma rebeldia tantas vezes maior: essa selvagem e subversiva maneira de revelarmos o atrevido rosto de nossa humanidade”.
(Passos e Sato, 2002, p.29)



As táticas de resistência a que nos referimos são construídas e exercidas cotidianamente, nas pequenas e sutis atitudes, algumas vezes, imperceptíveis, mas que impulsionam transformações. Essas táticas se dão nos interstícios, nas brechas deixadas pelo sistema dominante. Para Certeau (1994, p.100), as táticas são as formas de resistência contra o poder instituído, onde os grupos aproveitam as falhas deste poder para agir de forma contrária às impostas. “São saberes sem discurso, sem escritura, solidários de operações múltiplas e anônimas, excluídos pelos saberes da

administração e do controle, mas, não menos criadores ou subversivos”. Este autor nos convida a reconhecer “as invenções do cotidiano”, a sabedoria, as artes de fazer, as lutas dos grupos ordinários, ou cultura comum, que se reconhecem na invenção e re-invenção das táticas de resistência (CERTEAU, 1994).

O GTMS envolve mais de trinta entidades e é formado por redes, grupos, fóruns e movimentos socioambientais de todo o Estado. O GTMS organizou seminários; elaborou publicações; promoveu reuniões com promotores de Justiça, procuradores e juristas; realizou atos públicos em protestos contra o processo de aprovação dos substitutivos do ZSEE; e, ampliou o processo de comunicação aproximando os grupos, entidades e movimentos sociais (AMORIM, 2011). Além disso, o GTMS é um importante parceiro na realização dos processos de mapeamento social, especialmente, na realização dos seminários de mapeamento social. Configura-se, hoje, um belo movimento que agrega diversas entidades dos movimentos sociais e técnicos, e extrapolando o zoneamento, que deu gênese à sua criação, fortalece os espaços de lutas de outras pautas, causas e lutas.



Esses “coletivos contra-hegemônicos promotores da práxis emancipatória” (PASSOS, 2010, p.01) exercem suas táticas de resistência de maneira heterogênea e autônoma. Em MT, um belo exemplo desta aliança é o GTMS, um importante espaço de convergência de diversos grupos e entidades socioambientais, que nasceu no bojo das articulações contra as manobras da aprovação do ZSEE. Contudo, seu espectro de lutas foi muito além da questão do ZSEE, incorporando as lutas e os dilemas de diversos grupos, lutando contra as mazelas destinadas ao meio ambiente, combatendo os projetos hegemônicos que tentam dominar todos os territórios, dentre outras frentes.

Diversos agentes de resistência estão no *front* cotidianamente articulando as denúncias contra a dominação e a violação ao meio ambiente, utilizando-se de diversas táticas que vão desde as vias legais até as mais subversivas. Sendo as mais citadas pelos entrevistados e possíveis de serem sistematizadas em processos de:

- (a) **FORMAÇÃO** - formação política dos envolvidos nos conflitos; formação em agroextrativismo; diálogos com os agentes provocadores, palestras e diálogos com comitês locais, com as pastorais das igrejas e com intelectuais engajados;
- (b) **COMUNICAÇÃO** - panfletos e denúncias em veículos de comunicação; encenações teatrais, articulação em rede; estabelecimento de pontes, blogs, redes sociais, listas de discussão e produção de materiais que subsidiem a luta;
- (c) **ARTICULAÇÃO** - intervenções nos Ministérios Públicos (Estadual e Federal) e órgãos ambientais, articulações políticas, constituição de entidade jurídica para lutar pelos direitos coletivos, participação de sindicatos, conferências, assembleias populares, formação de movimento de base;
- (d) **MOBILIZAÇÃO** - atos públicos; audiências públicas; passeatas; marchas, cartas abertas, manifestos e abaixo-assinados.

Mobilização pública do GTMS
pedindo o veto ao projeto de
Zoneamento do Estado

Cuiabá - MT



Sobremaneira, frisamos que as alianças que são tecidas entre os sujeitos locais ou agentes de resistência com esses grupos conferem mais forças no enfrentamento dos conflitos, além disso, oferecem aos envolvidos o sentido de pertencer a um coletivo, rompendo com a sensação de estar só e fragilizado. Conforme narrativas,

“As pessoas observam e ficam frustradas com o que está acontecendo, o único acesso que temos confiável de denunciar como tentativa de combater esses problemas é por meio do movimento social. As pessoas são chantageadas para não abrir a boca, então quem não participa do movimento se sente fragilizado para tomar frente e combater ou articular para cessar os problemas”. (Pantaneira/assentada, Cáceres, RP 07).

“Percebemos que precisamos fazer a formação de base, organização política, articulação e integração de ações com outros grupos. Assim temos mais forças e eco”. (Grupo não identificado, Cuiabá, RP 06).

“Ganhamos mais força e visibilidade com articulação e o apoio que recebemos de professores como o Dr. Carlos Walter, Dra. Michèle Sato e o Fernando Xavier. Também podemos contar com a Prelazia de São Félix. Com isso, nossa luta foi reconhecida”. (Retireira, Luciara, RP 03).



Imagem - menina - Banský



9 | RISCOS FINAIS

>53

A totalidade de conflitos socioambientais mapeados, que numericamente pode ser apresentada com 194 pontos de ocorrência com 359 causas propulsoras, tendo 68 desses pontos denunciados com ameaças de morte e 12 locais sinalizam a prática desumana do trabalho escravo, oferece-nos a constatação do cenário de insustentabilidade social e ecológica do modelo de desenvolvimento instituído em MT. Afinal, a sustentabilidade incide quando as correlações de forças integram de forma equitativa os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos, dentre outros. No entanto, em MT o peso dado ao fator econômico sobrepõe aos demais.

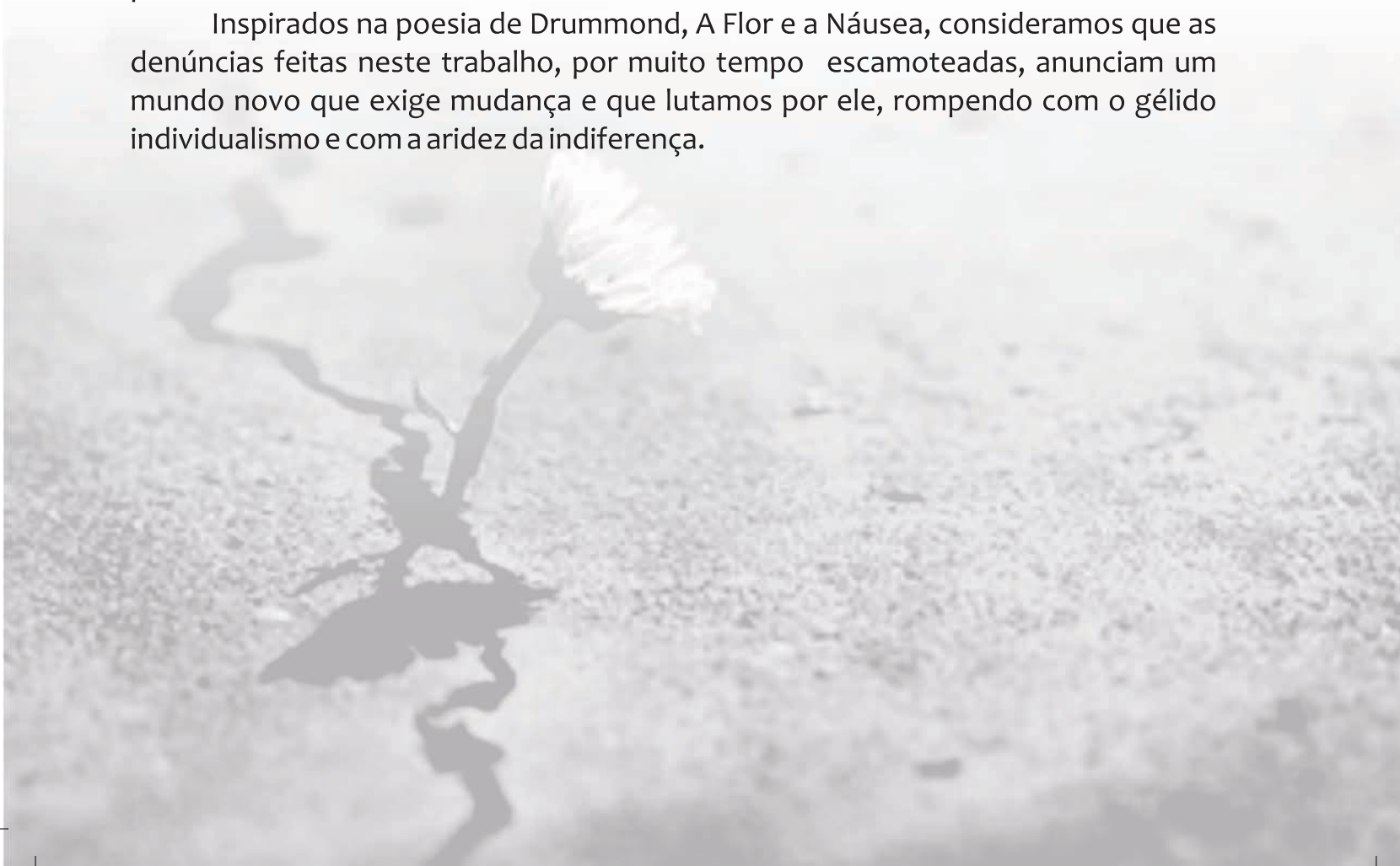
Desejamos enfatizar que, ante ao mapeamento da paisagem global do Estado (macrocosmo) é possível considerar que nos espaços em que os conflitos socioambientais são mais intensos, por sua vez, as táticas de resistência também são mais expressivas. Além disso, é possível considerar que os grupos sociais vulneráveis são os mais atingidos pelos danos ambientais; são eles que diretamente são privados de necessidades básicas como acesso à água potável, a áreas para cultivos, à moradia, ao saneamento básico e à segurança fundiária. Provocam assim, as situações de injustiças ambientais desveladas insistentemente nesta pesquisa.

Destarte, as narrativas corroboram que os dilemas encarados na defesa da terra, vão muito além da materialidade, ocorrem no interior das arenas de forças, no bojo dos quais os sujeitos envolvidos no conflito buscam defender suas identidades, seu modo de vida e seus valores simbólicos atribuídos ao território. É por aferirem diferentes significações ao ambiente que a questão territorial assume uma dimensão conflitiva. Desse modo, os conflitos socioambientais mapeados podem ser compreendidos como uma forte expressão dos campos de contestação e de tensão estabelecido em MT, no plano material, assim como, no plano simbólico de lutas e significações.



Reconhecemos que os caminhos trilhados por esta pesquisa não são suficientes para eliminar as mazelas aqui expostas, mas, servem para escancarar tamanhas injustiças deste Estado, concomitante contribui dando visibilidade aos riscos a que estão subjugados os ecossistemas mato-grossenses e os grupos sociais que os habitam. Concordamos com Passos (2009, p.58) quando aviva que na história, por vezes, “a grande vitória está em ter resistido e lutado sempre, lado a lado, todos os dias e a cada segundo”. Continuaremos exprimindo o grito de rebeldia contra a dominação e demonstrando seu posicionamento político e ético perante a vida.

Inspirados na poesia de Drummond, A Flor e a Náusea, consideramos que as denúncias feitas neste trabalho, por muito tempo escamoteadas, anunciam um mundo novo que exige mudança e que lutamos por ele, rompendo com o gélido individualismo e com a aridez da indiferença.



*A flor e a Náusea -
Carlos Drummond de Andrade*

*Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.*

*Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
facam completo silêncio, paralitem os negócios.
Garanto que uma flor nasceu.*

*Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é uma flor.
furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*



Imagem - Boaventura Xalon



>56 10 | BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, Henri (Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, Juliana. O Caso do povo Enawene Nawe. In: JABER, Michelle; SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Relatório Estadual dos Direitos Humanos e da Terra – Mato Grosso**. Cuiabá: De Fanti, 2011.
- AMORIM, Denize. **O processo educativo na formação de um grupo de trabalho de mobilização social no caso do zoneamento de Mato Grosso**. 208p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório 2009: violência contra os povos indígenas no Brasil**. Brasília, 2010. 143 p.
- CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório 2010: violência contra os povos indígenas no Brasil**. Brasília, 2011. 151 p.
- FILHO, Arnaldo; SOUZA, Oswaldo Braga. **Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. São Paulo: ISA, 2009.
- FOLEY, Jonathan et al. Amazonia Revealed: Forest Degradation and Loss of Ecosystem Goods and Services in the Amazon Basin. In : **Ecological Environment**, vol. 5, Nº 1, 2007. p. 25-32.
- FREITAS, Saulo R. et al . Emissões de queimadas em ecossistemas da América do Sul. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de dezembro de 2011.
- HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro Sales. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss. Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Plataforma IBGE Cidades**. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 20 de dezembro de 2011.
- LITTLE, Paul. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZYTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.
- MATO GROSSO. Governo do Estado de Mato Grosso. **Projeto: Zoneamento Socioeconômico Ecológico**. Cuiabá: SEPLAN, 2008a. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/html/>. Acesso em 16 de junho de 2010.
- MATO GROSSO. Governo do Estado de Mato Grosso. **Mato grosso em números 2008**. Cuiabá: SEPLAN, 2008b.
- MATO GROSSO. **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso**. 2009. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=147&Itemid=267. Acesso em: 20 de novembro de 2011.
- MAB. MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Dados dos atingidos**. 2005. Disponível em: www.mab.org.br. Acesso em: 13 de setembro de 2009.
- NELSON, G. C. et al. *Drivers of Change in Ecosystem Condition and Services*. In: ONU. **Millennium Ecosystem Assessment - Ecosystems and Human Well-being: Scenarios**, Volume 2. 2005. Disponível em: <http://www.maweb.org/documents/document.771.aspx.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2011.
- PASSOS, Luís Augusto. Fundamentos de Filosofia: os caminhos do “pensar” para quem quer transformação. In: **Programa de Formação da CNTE - Um novo conceito de atuação sindical/Fascículo 1**. Rio de Janeiro: Esforce/EdUFMT, 2009.
- PASSOS, Luiz Augusto. **Saberes e práticas da Educação Popular Freiriana na década de 80, em Cuiabá**. Cuiabá: UFMT, 2010. (mimeo).
- PASSOS, Luiz Augusto; SATO, Michèle. Estética da Carta da Terra: pelo prazer de (na tensividade) comviver com a diversidade!. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação ambiental - abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 15-36.
- PIGNATI, Wanderley. Injustiça socioambiental nos impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente no Mato Grosso. In: JABER, Michelle; SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Relatório Estadual dos Direitos Humanos e da Terra – Mato Grosso**. Cuiabá: De Fanti, 2011.
- ROSSI, Roberto. Análise compreensiva da realidade mato-grossense. In: JABER, Michelle; SILVA, Regina; SATO, Michèle. **Relatório Estadual dos Direitos Humanos e da Terra – Mato Grosso**. Cuiabá: De Fanti, 2011.
- SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Mato Grosso**. PPCDQ/MT 2009. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=195. Acesso em: 23 de outubro de 2009.
- SILVA, Regina. **Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil**. 221f. Tese (Doutorado e Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2011. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SOUZA-FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 1998.
- VIEIRA, Gilberto. **Lideranças Tapirapé são ameaçadas de morte** [mensagem pessoal]. 2011a. Mensagem recebida por <rasbio@gmail.com> em 13 novembro 2011.
- WERNER, Inácio. **Vamos apresentar números oficiais para contra-atacar?** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por michellejaber@gmail.com em 01 dezembro 2011a.
- ZHOURI, Andréa; ZUCARELLI, Marcos. Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais - notas preliminares de uma pesquisa em andamento. In: **IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2008, Brasília. IV ENANPPAS, 2008.

Sobre a publicação

Formato: 21x 22 cm

Tipologias utilizadas: Candara, Impress BT, Raspoutine e Romy

Papel: Reciclato 90g (miolo) e Reciclato 240g (capa)